

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**24 a 26
FEV
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

CRIME NO HUCAM

ATIRADOR: HILÁRIO QUERIA MATAR MILENA NA SERRA

Policial civil disse que teria amigo juiz para “resolver as coisas”

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O executor da médica Milena Gottardi, disse que o plano era matá-la na Serra. Lá, o ex-marido “teria um amigo juiz e que seria fácil resolver as coisas”. O relato foi feito por Dionathas Alves Vieira, o carpinteiro de 24 anos que cometeu o assassinato em setembro do ano passado, em Vitória, durante audiência realizada ontem.

A mudança de local para um hospital na Capital ocorreu em função da pressão de um dos apontados como mandante, o ex-marido da vítima, o policial civil Hilário Frasson. “Foi por causa da pressão em matar a vítima”, relatou. Confira abaixo outros detalhes de seu depoimento, prestado ao juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches.

Pressa

Foi em um posto de gasolina, na Serra, que Dionathas encontrou, pela primeira vez, com Hilário. “Fui até o veículo, onde estava Hilário, mas na época não sabia o nome dele”, contou. Era uma S10. Naquele dia o policial relatou a Dionathas que “aquele (crime)” tinha que ser feito o mais rápido possível e na Serra. “Falou que o crime tinha que ser cometido na Serra porque o juiz era amigo dele e era mais fácil de resolver as coisas”, disse o executor.

Rastreado

Ainda dentro da S10, no posto de gasolina, Dionathas viu quando o telefone de Hilário tocou. “Ele mostrou para Valcir onde o carro dela es-



Viatura entra no Fórum Criminal de Vitória com acusados de envolvimento na morte de Milena Gottardi

tava e para onde seguia. Hilário falou que o veículo da vítima (Milena) estava sendo rastreado”, contou.

Morte

Dionathas também ouviu Hilário, ainda dentro do carro, falar para ele e Valcir, que o acompanhava, sobre a morte de Milena. “Que tinham que fazer isto, que tinha que descansar aquela filha da p., que tinham que dar um jeito o mais rápido possível”, contou.

Preço

Segundo Dionathas, o serviço foi contratado por Judinho. “Ele perguntouse

eu tinha coragem de assassinar uma mulher.” Depois Valcir da Silva dias entrou na negociação. “Ele disse que me daria R\$ 2 mil.”

Colete

Quando encontrou com Hilário, no posto de gasolina, Dionathas levou um susto quando foi entrar na S10. Chamou a atenção dele com a inscrição da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) que estava no carro. Ele rapidamente deu um passo atrás. “Mas o rapaz da caminhonete (Hilário) disse: pode entrar, tá tranquilo, estamos juntos.”

Armas

Durante o encontro no carro, Hilário sacou duas armas. Uma era da Polícia Civil, a outra uma 380 cromada, segundo Dionathas. ele relata que Valcir disse que precisava de uma igual. “Hilário disse que iria arrumar para ele, mas que não tinha apreendido nenhuma ainda na rua, que assim que conseguisse entregaria uma para Valcir”, contou.

Arma

Dionathas contou que Valcir ligou para ele às 13 horas dizendo que “desceria para lá” ao se referir ao Hucam. Quando saiu do traba-

lho, às 17h30, ele foi direto para o Hucam, onde encontrou Valcir e Judinho no carro. Chegou na moto conseguida por Bruno. Valcir disse que tinha a arma e que Judinho entregou para Dionathas. “Estava enrolada em uma meia. Valcir disse que estava carregada”, contou.

Tiros

Segundo Dionathas, Milena entregou o celular quando ele anunciou o assalto. “Neste momento não vi mais nada. Dei o primeiro disparo. Dei mais um disparo, mas não vi onde acertou. Peguei o celular, coloquei na moto e fui embora.”

“

Hilário disse que tinha que descansar aquela filha da p..., que o que ela fazia com ele não podia ficar assim, impune”

“Depois que recebi a arma de Judinho, fiquei uns 20 minutos dentro do carro. Estava com um presentimento ruim”

“Judinho me falou: ‘Rapaz, você está com medo? Polícia não prende polícia. A polícia somos nós’”

“Tenho medo do Hilário. Ele mandou matar a própria mulher. Pode mandar fazer alguma coisa com a minha mulher para me atingir”

“Você não pensa em suas filhas?”

Emocionado e chorando em alguns momentos durante o depoimento prestado ontem, o carpinteiro Dionathas Alves Vieira, de 24 anos, disse que gostaria de fazer uma pergunta para Hilário Frasson: “Você não pensa em suas filhas?”,

questionou, relatando que vê a foto do seu próprio filho, todos os dias, e que pensa nas filhas do policial.

O executor da médica Milena Gottardi, mãe das filhas do policial, disse que estava arrependido de ter cometido o assassinato.

“Não tem como trazer Milena de volta, mas quero contribuir com a Justiça. É o que posso fazer”, relatou.

Disse ainda que “a médica cuidava de crianças com câncer e que isto podia acontecer com o filho de qualquer um, inclusive com

os meus filhos”, assinalou.

Relatou ainda que cometeu o crime sem saber o que ocorria entre o casal. “O que fiz não é coisa de pai. Peço perdão à família dela (Milena)”, disse Dionathas em depoimento.

Por último ele afirmou

que já está preso há cinco meses, mas não importa o tempo que ainda vai ficar detido. “Nunca vou conseguir tirar o peso de minhas costas, pois não vou conseguir trazer a vítima de volta”. “Penso em me matar”, desabafou, assinalando que não sabe porque foi escolhido para matar a médica.

MARCELO PREST

AUXÍLIO-MORADIA

Advogados atacam ameaça de paralisação de juizes

Membros da OAB-ES e sindicato são contra possibilidade levantada por magistrados federais, após o STF marcar julgamento

Giordany Bossato

Membros da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e do Sindicato dos Advogados do Espírito Santo criticaram a possibilidade de paralisação dos juizes federais em defesa do auxílio-moradia, proposta para o próximo dia 15.

A medida é avaliada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que está fazendo uma consulta aos associados, até o dia 28, para definir qual forma de protesto será feita.

A vice-presidente da OAB-ES, Simone Silveira, classificou a situação como "inacreditável".

"É inacreditável ouvir sobre 'possível' paralisação de magistrados federais, mobilizados em razão de pauta do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre auxílio-moradia, verba devida apenas em situações específicas, mas paga indiscriminadamente", resumiu.

A proposta de paralisação é uma reação à decisão da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, de marcar para 22 de março o julgamento que vai decidir se os juizes federais têm direito ao benefício.

Segundo o diretor de Prerrogativas da OAB-ES, Rivelino Amaral, uma paralisação tende a levar prejuízos para todos os cidadãos.

"Vai paralisar todas as audiências, que vão ser remarcaadas para datas muito distantes, vão paralisar e suspender os prazos dos processos sobre os quais as pessoas apostam suas vidas, suas expectativas, seus sofrimentos", disse.

"Uma ação judicial é uma coisa muito séria e se discute, normalmente, os destinos das pessoas, dos



A PRESIDENTE do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, agendou julgamento para o dia 22 de março

SAIBA MAIS

Benefício no valor de R\$ 4.377,73

Auxílio-moradia

> A MENOS que o próprio magistrado recuse o benefício, o auxílio-moradia, de R\$ 4.377,73, é pago em todo o Brasil, mesmo aqueles que têm imóvel na cidade onde trabalham.

> NA PRÁTICA, o auxílio permite que a maioria deles ganhe acima do teto constitucional, hoje em R\$ 33,7 mil.

Tribunal Regional Federal

> DOS 44 juizes federais no Estado, 41 recebem o benefício. Por ano, são gastos R\$ 2.153.843,16 para o pagamento do auxílio.

Tribunal de Justiça

> É O ÓRGÃO em que o gasto com o au-

xílio é maior. Dos 344 magistrados, 319 recebem o benefício, sendo 20 desembargadores, 269 juizes e 30 juizes substitutos, sendo R\$ 16.757.950,44 o gasto anual.

Tribunal de Contas

> CINCO conselheiros, dois conselheiros substitutos e três procuradores de contas recebem o auxílio, totalizando R\$ 525.327,60 por ano.

Ministério Público do Estado

> AO TODO, 256 dos 291 membros do MP-ES, recebem o auxílio. Por ano, são gastos R\$ 13.448.386,56

Fonte: STF e órgãos citados

Delegado da Ajufe diz que mobilização não é por auxílio

O juiz federal Marcelo da Rocha Rosado, delegado da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), defende que a mobilização lançada pela entidade não é em razão do julgamento do auxílio-moradia.

Segundo ele, o motivo é que a pauta divulgada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal revelou que não foi incluída para julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.393.

O juiz destacou que a ADI trata da Lei dos "Fatos Funcionais da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro", que servirá para definir o que pode e o que não pode ser pago aos juizes de todo o País, "de forma clara, transparente e isonômica".

"Portanto, o que a Associação defende é o julgamento da Ação Ordinária que trata do auxílio-moradia, em conjunto com a ADI nº 4.393, para que sejam definidos, pelo STF, quais são os pagamentos legais e constitucionais devidos a todos os magistrados brasileiros, colocando uma resolução definitiva nesta questão, inclusive para evitar tratamento diferenciado entre os diversos ramos da magistratura."

De acordo com o Portal da Transparência da Justiça Federal, 41 juizes entre os 44 que atuam no Espírito Santo recebem o auxílio-moradia.

Em todo o Estado são mais de 600 beneficiados. Além dos juizes federais também recebem o auxílio 10 membros do Tribunal de Contas do Estado, 256 do Ministério Público Estadual, e 319 do Tribunal de Justiça do Estado. O Ministério Público Federal foi procurado, mas não informou a quantidade de beneficiados.



JUIZ MARCELO ROSADO: defesa

GIRO RÁPIDO

Deputado faz denúncia contra promotor

O deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) abriu uma representação no Ministério Público (MP-ES) contra o promotor de Justiça de São Mateus Paulo Robson da Silva.

Segundo Enivaldo, o promotor subiu em um trio elétrico durante o Carnaval em Guriri para elogiar o prefeito Daniel da Açaí (PSDB). O promotor foi procurado, mas informou que não vai se manifestar.

Amaro Neto vai organizar alianças do SD para o Senado e governo

O deputado Amaro Neto (SD) vai organizar as alianças do partido para o Senado e para o governo do Estado. "O Amaro por ser candidato ao Senado vai comandar a candidatura majoritária - Senado e governo. Eu organizo para deputado federal e os deputados estaduais vão escolher qual a melhor chapa para disputar a eleição", diz o presidente SD, deputado federal Carlos Mannato.

Amaro diz que tende a apoiar possível reeleição de Hartung. "Tudo caminha para uma chapa do Palácio, com reeleição do governador, mas ele ainda não chancelou".



AMARO NETO vai comandar candidatura majoritária

Justiça Federal arquiva ação contra prefeito

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região arquivou o procedimento instaurado contra o prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS). O prefeito foi citado em delação premiada no caso da Odebrecht por supostamente ter recebido caixa dois nas eleições de 2012.

Por nota, o prefeito informou que teve todas as suas contas eleitorais aprovadas e que nunca teve qualquer contato com os delatores.



RAUL PEREIRA disse que a tia também ficaria com o ticket-alimentação "da maioria" de seus assessores

Ação e reação na Barra

O ex-prefeito de Barra de São Francisco Luciano Pereira fez uma representação contra o juiz e o oficial de Justiça do município que teria, segundo Pereira, usado de abuso de poder ao cumprir um mandado de penhora de bens em sua residência.

Ele também esclareceu que o processo da penhora não tem relação com desvio de verbas públicas, conforme noticiado na quarta-feira, e que nenhum móvel foi levado de sua casa.

Sobrinho denuncia vereadora por rachid

Parlamentar de Vitória, Neuzinha foi acusada por professor de ficar com parte do salário de servidora. Ministério Público vai analisar

Erick Alencar

A vereadora de Vitória, Neuzinha de Oliveira (PSDB), a Neuzinha, foi denunciada ao Ministério Público Estadual (MP-ES) por suposta prática de rachid, pois teria ficado com parte do salário de uma assessora.

Quem fez a denúncia foi o sobrinho da parlamentar, o professor de jiu-jitsu Raul Esteban Pereira, 32. A ex-funcionária seria prima da mulher de Raul, segundo ele.

"Ela dividiu o salário nos dois primeiros meses. Em nenhum momento ela (a servidora) ficou integralmente com o salário, mas recebia quase 50%", alegou o professor, que reportou ainda o motivo indicado pela ex-assessora para pedir o desligamento do gabinete de Neuzinha.

"Com muita informação de Lava a Jato na televisão, ela, por ser leiga, acreditou que chegaria nela essa questão de investigação, polícia. Ficou com medo de ser presa".

Segundo o Portal de Transparência da Câmara, a ex-funcionária recebia R\$ 2.240,60 líquidos de salário e esteve no cargo de fevereiro a abril do ano passado.

Raul ainda acusa a tia de exigir auxílio-alimentação, de R\$ 600, pago por meio de cartão magnético "da maioria" de seus assessores. Todos os servidores da Casa, exce-

to estagiários recebem o benefício. Vereadores também não recebem.

Em nota, o Ministério Público Estadual (MP-ES), informou que recebeu a denúncia contra a vereadora por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória e analisou o caso. "Se forem confirmadas as irregularidades, serão tomadas medidas cabíveis", conclui a nota.

PROCESSO

De acordo com o advogado criminalista, André Rocha, se confirmadas as práticas denunciadas, Neuzinha pode responder por corrupção passiva e pegar de um a oito anos de prisão.

"Também poderá ser condenada ao ressarcimento do dano ao erário, multa, perda de eventual função pública, suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar com o poder público", disse.

Neuzinha nega acusações

A vereadora Neuzinha foi procurada pela reportagem e afirmou que tem conhecimento da denúncia feita pelo sobrinho, Raul Esteban Pereira, mas nega as acusações de que teria exigido receber parte do salário da ex-assessora.

"Vou esperar o Ministério Público me acionar. Estou tranquila. Eu nego que fiz isso, não faço, não existe isso", defendeu-se.

Ela esclareceu o motivo para saída da ex-servidora. "Ela trabalhou dois meses comigo, aí o antigo emprego chamou ela de volta. Pessoa boníssima, boa profissional".

Neuzinha também nega que teria usado cartão do auxílio-alimentação de servidores para fazer compras.

"Por aí você vê como é a pessoa.

Eu uso o meu cartão para fazer compra. Agora: fui fazer compra para ele com meu cartão de banco. Eu sou vereadora, como é que não consigo fazer uma compra para o meu sobrinho? Só que eu não posso fazer todo mês, toda hora".

Questionada sobre como enca-



NEUZINHA afirma que está tranquila

rava o fato de ser denunciada pelo próprio sobrinho, Neuzinha disse está muito triste e que ele teria problemas psiquiátricos.

"Sinceramente, encaro com muita tristeza. Acredito que ele está passando pelo mesmo problema de um irmão, que surtou, virou andarilho. A minha irmã também, que faleceu, teve problemas psiquiátricos. Eu acho que ele está tendo problemas".

Neuzinha ainda prosseguiu: "Eu acho que ele, depois, coitado, vai até se arrepender. A gente tem muita afinidade, cuidei dele quando criança. Mas eu estou tranquila, nego todas as acusações que ele faz e espero realmente que ele se arrependa, porque é feio, chato. Sem fundamento nenhum".

SEM ACESSIBILIDADE



BERNARDO COUTINHO - 26/06/2015

Cristian não pode subir escadas porque utiliza duas próteses no quadril

Advogado perde audiência por falta de elevador

Cristian Ricardo Júnior tem deficiência que o impede de subir escadas

▲ **BIANCA VAILANT**
bvailant@redgazeta.com.br

Apesar de a lei que estabelece normas para a acessibilidade ser do ano 2000, até hoje há quem sofra com a ausência dessa condição básica em alguns prédios públicos. Na última quarta-feira um advogado com deficiência física foi impedido de trabalhar ao acompanhar um cliente a uma audiência na Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Vepema), no Centro de Vitória.

O prédio onde aconteceria a audiência não tem elevador, e o advogado, Cristian Ricardo Ferreira Júnior, 23, não pode subir e nem

descer escadas. De acordo com Cristian, ele comunicou à servidora que o atendeu que não tinha como subir até a sala de audiência.

Em casos como esses, a presidente da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB-ES, Maristela Lugon Arantes, diz que a Justiça tem que garantir de alguma forma a acessibilidade.

Cristian também solicitou que o juiz que presidia a audiência, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, descesse para realizar o ato judicial no térreo, mas não foi atendido.

O advogado tem artrite idiopática juvenil e conta com duas próteses no quadril, o que o impede de subir escadas. Ele contou que por não conseguir subir ao local onde aconteceria a audiên-

cia, um defensor público foi designado para atender o cliente dele.

“Eu fui impedido de trabalhar e o meu cliente ficou sem o seu advogado. O juiz designou um defensor público para atendê-lo na hora da audiência, mas ele não tinha conhecimento do histórico do cliente”, lamentou.

Maristela Lugon destacou os dois grandes problemas. “O impedimento do advogado de exercer sua função e a discriminação que ele sofreu. É a chamada barreira atitudinal, que muitas vezes impede as pessoas com deficiência de trabalharem”, destacou.

A assessoria do Tribunal de Justiça Estadual foi procurada na noite de ontem pela reportagem, não respondeu a demanda.

INDIGNAÇÃO

“ESSA SITUAÇÃO FOI UMA AFRONTA À CONSTITUIÇÃO”

Cristian Ferreira Junior
Advogado

▲ O advogado Cristian Ricardo Ferreira Júnior, 23, foi impedido de exercer o seu traba-

lho por falta de acessibilidade na Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Vepema), no Centro de Vitória.

O que você sentiu ao viver uma situação como essa?

Nunca tinha passado por uma situação dessas. Viajo o Brasil e o mundo inteiro e isso

nunca tinha me acontecido. Me senti lesado e transtornado, como pessoa e também como profissional.

O que espera que aconteça?

Espero que as pessoas tenham mais empatia e humanidade pelas diferenças e que o judiciário aplique as leis que deveria defender.

Justiça vai leiloar imóveis por atraso no IPTU

CACHOEIRO

A Justiça anunciou o leilão de 53 imóveis, entre terrenos, apartamentos e casas, em Cachoeiro de Itapemirim, de contribuintes com dívidas na prefeitura por não pagarem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O leilão será realizado no dia 21 de março em local a ser definido pela leiloeira. Entre os imóveis, há um apartamento de 348 metros quadrados situado na avenida Beira Rio, bairro Guandu, avaliado em R\$ 1,2 milhão, penhorado por causa de dívida de R\$ 16,7 mil.

Também há imóveis com valores mais baixos, como um prédio de dois andares no bairro Novo Parque, avaliado em R\$ 9,8 mil. Uma casa no bairro Agostinho Simonato, de R\$ 190 mil, vai a leilão por conta de R\$ 446 de imposto atrasado.

"O leilão do imóvel é uma medida traumática. Não gostaríamos que chegasse a esse ponto. O ideal é que o contribuinte pague o imposto e cobre do governante a destinação adequada do dinheiro público", ressaltou o juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, Robson Louzada.

O magistrado alerta que contribuintes devem ficar atentos, pois outros imóveis poderão ir à leilão. Somente na Vara da Fazenda são 10 mil processos referentes a dívidas com IPTU.

Para impedir o leilão de seu imóvel, o contribuinte deve procurar o setor de Dívida Ativa da prefeitura, na Secretaria da Fazenda, em frente ao Shopping Cachoeiro, e quitar o imposto atrasado.

Ao contrário dos outros anos, desta vez não será possível parcelar o débito.

Segundo o secretário municipal da Fazenda, Rogelio Pegorretti Caetano Amorim, a medida foi tomada porque muitos devedores conseguiam suspender o leilão, pagando a primeira parcela do financiamento, mas depois paravam de pagar.

O parcelamento continua sendo permitido para imóveis não penhorados. Nesse caso, pode ser feita a regularização por meio do programa Refis.

ALEXSANTINI DE PAULA



CACHOEIRO: imposto não pago



ROSINEI COUTINHO/STF/SCO

Dias Toffoli pediu vistas depois do voto da maioria

STF

Toffoli libera voto de foro em março

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli afirmou que entregará seu voto sobre a limitação do foro privilegiado até o final do mês de março. Toffoli pediu vistas da ação quando a maioria já tinha sido alcançada no julgamento do caso. De acordo com o entendimento que está sendo confirmado pela Corte, processos de autoridades como deputados federais poderiam ser enviados para a primeira instância quando não tratarem de

crimes referentes aos mandatos. “Até o fim de março, eu entrego o voto”, disse. Dias Toffoli participou, ontem, de um encontro sobre transparência no Judiciário, em São Paulo. Em uma fala de quase duas horas, disse que precisaria se conter para não citar nenhum nome de político investigado ou envolvido em corrupção. Toffoli deverá assumir em setembro a presidência do STF no lugar da ministra Cármen Lúcia. (Agência O Globo)

DEBATE EM VITÓRIA

Seminário discute desafios para combater a corrupção

Evento promovido pela Rede Gazeta contará com a participação de Luís Roberto Barroso



DIÁLOGOS SOBRE INTEGRIDADE

✦ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Os desafios ainda existentes no combate à corrupção e na construção de uma sociedade que tenha a integridade como um padrão de conduta estarão em debate no seminário "Diálogos sobre Integridade", que será promovido pela Rede Gazeta na segunda-feira.

Contando com nomes que têm atuação determi-

nante no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Polícia Federal e na advocacia, o evento vai possibilitar um importante espaço de discussão sobre as perspectivas que a sociedade pode ter em torno do cumprimento das leis e como pode ser feita a construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento da governança empresarial e governamental.

Os palestrantes, inseridos nas instituições diretamente envolvidas nos trabalhos da Operação Lava Jato, também analisarão os aspectos históricos, as conquistas e os caminhos que ainda faltam ser trilhados para tornar ainda mais efetivo o combate a fraudes e desvios na gestão pública.

O diretor-geral da Rede Gazeta, Carlos Fernando Lindenberg Neto, o Café, enfatizou a importância de manter o tema em debate, em especial por ser um momento em que a



NELSON JR./STF

Luís Roberto Barroso vai participar do seminário

percepção da sociedade brasileira sobre corrupção tem aumentado.

"A crise de valores por que passa nossa sociedade ficou mais evidenciada após a Lava Jato. Combater a corrupção entranhada nos costumes e nas instituições bra-

sileiras demanda ação da polícia, do Ministério Público e da Justiça, que visam punir exemplarmente e aumentar os custos e riscos do crime, mas também é essencial trabalharmos aspectos culturais, que possam gerar no longo prazo resultados

RELEVÂNCIA

"Combater a corrupção é fundamental para o desenvolvimento sustentável. É essencial trabalharmos os aspectos culturais"

CAFÉ LINDENBERG
DIRETOR-GERAL
DA REDE GAZETA

permanentes", destacou.

Ele lembrou que o debate é aberto e democrático, e tem inscrições gratuitas. É estimado um público de 800 pessoas.

Em 2015, o tema também foi discutido em outro seminário da Rede Gazeta, com foco na Lei Anticorrupção. Houve palestras de ministros, secretários de Estado, empresários e especialistas, entre eles o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Villas Bóas.

PALESTRANTES

LUÍS ROBERTO BARROSO
✦ Ministro do Supremo Tribunal Federal

Mestre em Direito pela Universidade de Yale (EUA) e professor de Direito Constitucional da UERJ.

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA

✦ Procurador Regional da República - SP

Participou da criação e da celebração dos primeiros acordos de colaboração premiada (2003) e leniência (2015) pelo Ministério Público Federal.

FÁBIO MEDINA

✦ Advogado e professor

Foi ministro-chefe da Advocacia-Geral da União em 2016 e promotor de Justiça no Rio Grande do Sul por 15 anos.

EUGÊNIO RICAS

✦ Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado

Delegado da Polícia Federal desde 2003, formou-se na National Academy do FBI.



DIÁLOGOS SOBRE INTEGRIDADE

Quando: 26/02, segunda-feira

Horário: 13h

Onde: Centro de Convenções de Vitória

Inscrições gratuitas:

www.gazetaonline.com.br/dialogos

REPRODUÇÃO FACEBOOK



Médica foi assassinada com tiro na saída do Hucam

AUDIÊNCIA É ADIADA PARA 2 DE MARÇO

Após bate-boca entre defesa e acusação, testemunhos foram interrompidos

RAQUEL LOPES
rllopes@redgazeta.com.br

O depoimento de Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Milena Gottardi, baleada no estacionamento do Hucam em 14 de setembro de 2017, foi remarcado para o dia 2 de março, às 9h, no Fórum Criminal de Vitória. Inicialmente ele seria ouvido ontem, mas o juiz suspendeu a audiência após uma confusão no momento que o policial civil testemunharia.

Uma das defensoras de Hilário, Luiza Nunes Lima, pediu para que a audiência fosse remarcada para outra data devido ao horário, no momento eram 19h52. Ela alegou que todos estavam cansados. "A insistência na continuidade da presente audiência demonstra clara celeridade seletiva, vez que não é hábito nessa vara."

A advogada ameaçou sair da sala e disse que ia chamar a comissão de prerrogativa da Ordem dos Advogados do Brasil

Acusado negou ter furtado moto

O acusado de ter furtado a moto para o crime, Bruno Broetto, negou em depoimento que tenha furtado ou mesmo vendido a moto para o cunhado Dionathas Alves.

"Não tenho necessidade de me envolver com uma coisa dessas. Meus pais têm condições", disse. "Isso está acabando com a minha vida", concluiu em depoimento.

exaltou e não quis mais fazer questionamentos, encerrando o depoimento. O religioso ficou no fórum por 30 minutos. A segunda testemunha de defesa do policial civil terminou por volta das 11h40.

Na sequência, o juiz ouviria Hilário, mas o magistrado atendeu ao pedido do advogado Leonardo Rocha, defensor do executor, Dionathas Alves Vieira, e decidiu mudar a ordem dos depoimentos. Dionathas foi ouvido sem a presença dos outros réus e por cerca de 4 horas. Já Bruno ficou de duas horas depondo.

O promotor Paulo Pannaro avaliou que o depoimento de Dionathas não trouxe nada que já estivesse no processo. "A exceção do suposto encontro que teve com Hilário em um posto de gasolina, na Serra. Mas nos autos não há indícios que esse encontro de fato ocorreu. Aguardamos os depoimentos dos próximos acusados."

deu a audiência para o próximo dia 2.

Assim como Hilário, também serão ouvidos na data Esperidião Frasson, outro acusado de ser mandante, Valcir Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, suspeitos de serem os intermediários.

AUDIÊNCIA

Foram quase 11 horas de audiência ontem no fórum. Os depoimentos começaram às 9h40 da manhã de ontem com o padre Pedro Luchi. No começo do depoimento, o padre se negou a responder uma das primeiras perguntas feitas por Homero, que se

(OAB-ES) quando o juiz da 1ª Vara Criminal Marcos Sanches manifestou que iria dar procedimento a audiência. "Nesse instante tratou-se um 'bate-boca' entre a assistência de acusação e a advogada", segundo os autos. Após o ocorrido, a defensora disse que ficaria se todos fossem ouvidos. Homero Maфра, que também faz a defesa do acusado, não esteve presente à tarde.

O juiz declarou que "tendo em vista a conflituosidade instalada na audiência, e considerando a existência de dia útil próximo desimpedido para a continuidade do ato" não haveria prejuízo e suspen-

OS ACUSADOS



Hilário Frasson, ex-marido, acusado de ser mandante



Esperidião Frasson, pai de Hilário, seria outro mandante



Valcir da Silva Dias, apontado como um dos intermediários



Hermenegildo Palaoro Filho (Judinho), outro intermediário



Dionathas Alves, acusado de ser executor da médica



Bruno Broetto, acusado de roubar a moto usada no crime

Homero Maфра diz que padre mentiu em depoimento

A manhã de ontem foi marcada por um momento de tensão entre Homero Maфра, advogado de defesa de Hilário Frasson, e o Padre José Pedro Luchi, convocado como testemunha. O sacerdote, responsável por celebrar o casamento entre Hilário e Milena, foi a primeira testemunha a ser ouvida. Mas, segundo Homero, o padre se negou a responder a duas das perguntas do advogado e acabou dispensado.

Na visão de Homero, o padre desrespeitou a Jus-

tiça. "Foi um não depoimento. O padre se furtou a cumprir o seu dever de testemunha. Perguntas objetivas, que não diziam respeito ao segredo do confessorário. Nós não faríamos nenhuma pergunta que zelasse sobre o segredo. Na verdade, foi um 'não depoimento', um ato de clara afronta ao Poder Judiciário", disse.

O advogado disse ainda que Padre Luchi "mentiu" quando disse que tinha pouco contato com Hilário e Milena porque ele foi várias vezes à casa de Hilá-



Homero Maфра disse que padre afrontou a Justiça

rio. "Ele nega, dizendo que só tinha feito o casamento, mas ele deve prestar contas à consciência dele", argumentou.

MPES

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e o assistente de acusação, o advogado Renan Sales, informaram por meio de nota que repudiam a postura do advogado Homero Maфра e acrescentam que não se sentiram desrespeitados pela atitude do padre Pedro Luchi. Segundo a acusação, as negativas do pa-

dre em responder duas das perguntas da defesa de Hilário "demonstram o quão retilínea é a sua postura como pároco e indivíduo", ressaltaram em nota.

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

+CONTEÚDO

Confira todas as matérias do caso Milena Gottardi no link.

leia.ag/milena

Gabriel Tebaldi

É graduado em História e Filosofia, e pós-graduado em Sociologia
E-mail: gab_meira@hotmail.com

/// O Supremo acaba de instituir a mais nova mão de obra qualificada da criminalidade: mulheres mães. Parir será o novo passe livre da cadeia

O óbvio ululante

Dizer o óbvio é cansativo. Humilhante. A incapacidade de compreensão da realidade deixou o Brasil numa letargia na qual as decisões (políticas, sociais e jurídicas) beiram à alucinação. Demonstram o abismo entre o poder e o mundo real.

Nesta semana, o STF dispensou a lucidez. Acolheu o pedido da Defensoria Pública de habeas corpus coletivo para todas as mulheres encarceradas grávidas ou com filhos menores de 12 anos. Segundo ela, manter as crianças longe de suas mães “constitui tratamento desumano, cruel e degradante”.

O óbvio é ululante, dizia Nelson Rodrigues. No Brasil atual, ulula... Com essa decisão, o Supremo acaba de instituir a mais nova mão de obra qualificada da criminalidade: mulheres mães. Tal como o crime organizado alicia menores de idade para se beneficiarem das brechas e condolências da lei. Parir será o novo passe livre da cadeia.

O óbvio (II): assim,

criará não só um grave problema de segurança pública, mas um novo dilema social: haverá um natural estímulo à gravidez nas mulheres já presas e, conseqüentemente, abandono infantil. Em outras palavras, a manutenção da atividade feminina criminosa! O resultado da marginalização infantil será a vulnerabilidade social que forma e insere pessoas na bandidagem.

O óbvio (III): crianças, agora, serão instrumentos de habeas corpus, independentemente da situação. Assim fez Adriana Anselmo, ex-primeira dama do Rio, para sair da cadeia. No entendimento do ilustre ministro Gilmar Mendes, Adriana é “figura indispensável” para a criação de seus filhos, embora tenha feito, em sete anos, 47 viagens internacionais sem os filhos quando estes tinham entre um e cinco anos de idade.

Há um enorme descompasso entre os meandros do Judiciário e o Brasil verdadeiro. O aumento da criminalidade e sua diversificação de gênero são os novos ingredientes do caos de nosso país. E enquanto ecoam as vozes humanitárias de uma corte isolada em si mesma, o povo é cada vez mais refém de uma realidade ululantemente óbvia. Nelson Rodrigues se remexe no túmulo...



“Se for necessário, é para partir para o confronto”

Afirmação do presidente Michel Temer foi feita no mesmo dia em que as Forças Armadas fizeram operações nas favelas do Rio de Janeiro

BRASÍLIA E RIO

O presidente Michel Temer disse que no decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro há salvaguarda na questão de julgamento dos militares.

“Se houver confronto entre um marginal, um bandido armado e um militar, eles não vão deixar a segurança ficar impune”. “Esperamos que não aconteça. Se for necessário, é para partir para o confronto”, destacou Temer em entrevista a uma rede nacional de rádio.

O presidente voltou a afirmar que não pretende tentar se reeleger ao cargo. “Sou candidato a fazer um bom governo. Eu não sou candidato. E não serei candidato”.

A declaração ocorreu após auxiliares admitirem publicamente a possibilidade de uma candidatura do presidente neste ano e avaliarem de forma positiva a repercussão da intervenção federal.

Temer disse considerar a intervenção no Rio uma “jogada de mestre”, mas negou viés eleitoral na iniciativa. “É uma jogada de mestre, mas não eleitoral, não tem nada de eleitoral”, afirmou.

O presidente afirmou que se a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro não der certo, o governo não deu certo.

“Se não der certo, não deu certo o governo, porque o comandante supremo das Forças Armadas é o presidente da República. Se não der certo, foi o governo que errou, não foram as Forças Armadas.”

“É uma jogada de mestre, mas não é eleitoral, não tem nada de eleitoral”

Michel Temer, presidente da República



PRESIDENTE TEMER durante discurso após o decreto de intervenção federal na área da segurança pública do Rio

Sobre a polarização da disputa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), além de indefinição sobre o candidato de centro, Temer afirmou que “o ideal dos ideais seria ter dois candidatos”, ou seja, poucos partidos na disputa ao Palácio do Planalto.

“Essa coisa de espalhar um número grande de candidaturas não é bom”, disse o presidente.

Sobre a possibilidade de Lula ser impedido de concorrer, Temer disse que o melhor seria o ex-presidente ser derrotado nas urnas. “Eu acho que, se ele tiver condição de disputar, acaba uma coisa meio mítica”.

Lula teve a condenação na Lava Jato confirmada na segunda instância da Justiça e pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa.

Sobre os episódios envolvendo a delação do Grupo J&F, que resultou em duas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra ele, o presidente os classificou de “conspirações de natureza moral”.

Afastamento do governador

Na mesma entrevista na qual afirmou que a intervenção na segurança do Rio é decisiva para o sucesso de sua gestão, o presidente Michel Temer revelou que chegou a ser cogitada a hipótese de uma intervenção total, com a retirada do governador Luiz Fernando Pezão do cargo.

Temer disse ter considerado es-

sa alternativa “muito radical” e, por isso, construiu com o próprio Pezão a medida adotada.

“A intervenção, muitas vezes, pode ser geral, pode intervir no estado e até afastar o governador. Eu não fiz isso. Cogitou-se (isso), num primeiro momento, mas logo afastei a ideia porque seria uma coisa muito radical e eu logo refutei”, afirmou o presidente.

Temer lembrou que enviou dois emissários ao Rio — os ministros Raul Jungmann (Defesa) e Moreira Franco (Secretaria de Governo) — e que, após o encontro, no Rio, Pezão foi para Brasília com eles, onde teria pedido ao presidente que fizesse a intervenção no estado.

Na reunião com Temer, porém, Pezão teria se convencido da intervenção e o ajudado a dobrar a resistência manifestada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).



GOVERNADOR Luiz Fernando Pezão

“ELE FOI MUITO CRUEL. A PUNIÇÃO SERÁ SEVERA”

Tio da médica assassinada espera que Justiça condene Hilário

▲ VINÍCIUS LODI
vlodi@regazeta.com.br

Após a audiência que ouviu testemunhas e réus do caso Milena Gottardi, ocorrida na última sexta-feira, no Fórum Criminal de Vitória, o tio da médica assassinada, Geraldo Gottardi, acredita que um dos acusados de mando do crime, o ex-marido de Milena, Hilário Frasson, será penalizado de forma severa.

“A Justiça vai fazer a parte dela. Condená-lo, pois foi muito cruel”, ressalta. Geraldo afirma que Hilário pouco teria a acrescentar em sua defesa, já que todos os depoimentos prestados até agora, inclusive de pessoas que conviveram com a médica, apontam o quanto ele era cruel há bastante tempo.

O tio relata ainda que o depoimento prestado pelo executor, Dionathas Alves Vieira, detalhando todo o planejamento do crime vai contribuir para o esclarecimento total dos fatos e confirmar a condenação dos envolvidos.

No início desta semana, Geraldo e integrantes da família participaram de uma reunião na Corregedoria da Polícia Civil. A expectativa do tio de Milena é de que a punição administrativa também seja severa para Hilário Frasson.

“A situação dele é muito complicada. Vai ser uma punição severa. Eles não



Tio da vítima, Geraldo Gottardi está acompanhando o caso e quer a condenação de Hilário Frasson, ex-marido de Milena (acima)



EDUARDO DIAS E REPRODUÇÃO FACEBOOK

EXEMPLO

“Vai ser uma punição severa. Nossa expectativa é para que ele seja punido para dar exemplo e evitar esse tipo de crueldade”

GERALDO GOTTARDI
TIO DA VÍTIMA

têm dúvidas, assim como nós. Nossa expectativa é para que ele seja punido para dar exemplo e evitar esse tipo de crueldade”, relatou.

ADIAMENTO

As audiências do caso foram suspensas na noite de sexta-feira, após 11 horas de depoimentos. Era previsto que todos os réus fossem ouvidos, mas prestaram depoimentos apenas

Dionathas Alves Vieira, acusado de ser o executor do crime, e Bruno Rodrigues Broetto, acusado de fornecer a motocicleta usada por Dionathas no crime.

Na sequência, seria o depoimento de Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes do crime, mas foi remarcado para o dia 2 de março. O juiz suspendeu a audiência após uma confusão no momento que o policial civil

testemunharia.

Uma das defensoras de Hilário, Luiza Nunes Lima, pediu para que a audiência fosse remarcada para outra data devido ao horário, no momento eram 19h52. Ela alegou que todos estavam cansados e ameaçou sair da sala.

Depois de bate-boca e confusão entre a assistência de acusação e a advogada, o juiz declarou que “tendo em vista a conflituosidade ins-

talada na audiência, e considerando a existência de dia útil próximo desimpedido para a continuidade do ato” não haveria prejuízo e suspendeu a audiência para o próximo dia 2.

Assim como Hilário, também serão ouvidos na data Esperidião Frasson, outro acusado de ser mandante, Valcyr Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, suspeitos de serem os intermediários do crime.

“Estão produzindo escândalos”

▲ Homero Mafra, o advogado de Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi, baleada no estacionamento do Hospital das Clínicas em 14 de setembro de 2017, avalia que “as pessoas estão produzindo escândalos a partir de depoimentos falsos”.

Para o advogado, o que as testemunhas disseram na última sexta não influencia em nenhum aspecto a defesa.

De acordo com Mafra,

acusações ao cliente já eram de se esperar. “Todos sabíamos que viria mais uma mentira de Dionathas”, exemplifica, citando o réu confesso por ter disparado contra a médica. Homero explica que não conversou com Hilário após os últimos depoimentos, e revela que o ex-marido de Milena não falou nada sobre impressões que teve e sobre o que foi dito.

Assim como outra defensora de Hilário, Mafra compartilha da ideia de

PRESSA

“O que ficou muito claro para mim é a pressa do juiz. É uma pressa seletiva que o magistrado, quando a pratica, demonstra não ser imparcial”

HOMERO MAFRA
ADVOGADO DE HILÁRIO FRASSON, ACUSADO DE MANDAR MATAR MÉDICA

que o juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Sanches, está correndo com o processo sem necessidade e sem justificativa. “A insistência na continuidade da presente audiência demonstra clara celeridade seletiva, vez que não é hábito nessa vara”, disse Luiza Nunes Lima, na sexta-feira.

“O que ficou muito claro para mim é a pressa do juiz. É uma pressa seletiva que o magistrado, quando a pratica, demonstra não ser imparcial”, diz Mafra.



Homero Mafra, advogado de defesa, criticou juiz

MARCELO PREST

Lava a Jato bloqueou 142 milhões na Suíça

O Brasil bloqueou neste ano US\$ 44 milhões (R\$ 142,5 milhões) depositados em bancos suíços, decorrentes de investigações da Operação Lava a Jato, de acordo com informações do Ministério da Justiça.

A medida foi realizada por cooperação jurídica internacional com a Suíça, por intermédio do Departamento de Recuperação

de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

A repatriação dos recursos será efetivada após o trânsito em julgado das ações condenatórias penais na Justiça brasileira ou após a concordância dos réus em dispôr desses ativos mantidos no exterior, nos casos que envolvem acordos de colaboração premiada.

De 2014 até fevereiro de 2018, US\$ 377,5 milhões (R\$ 1,2 bilhão) foram bloqueados no exterior devido a medidas de cooperação jurídica internacional fruto de investigações da Operação Lava a Jato.

Desse montante, foram repatriados cerca de US\$ 135 milhões (R\$ 437,4 milhões), de acordo com o Ministério da Justiça.

No total, contabilizado desde 2000, cerca de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 4,2 bi) foi bloqueado no exterior mediante cooperação jurídica internacional.

Deste montante, US\$ 250 milhões foram repatriados, totalizando mais de R\$ 750 milhões que retornaram ao País.



OPERAÇÃO Lava a Jato: remessas

COTIDIANO

VITOR JUBINI



Familiares de estudante morto ofereceram rosas para motoristas em manifestação

CRIME NO TRANSCOL

Família de jovem morto protesta e distribui rosas

O estudante João Vitor Lima Pacheco, de 18 anos, foi morto em dezembro do ano passado por um motorista do Transcol por ter entrado no ônibus pela porta de trás. Acusado, David Loureiro de Souza, 50, ficou preso por um período, mas já está solto. Ontem, a família da vítima se reuniu com amigos na praça de Jucutuquara, em

Vitória, para distribuir rosas em um pedido de paz. A manifestação pacífica não atrapalhou o trânsito e aconteceu no mesmo local em que o jovem foi ferido no dia 21 de dezembro. "Nós queremos justiça. Queremos distribuir essas rosas para os motoristas e cobradores porque como foi com o meu filho poderia ter sido com qual-

quer outro. Queremos lembrar da tragédia que foi a morte dele para o acusado voltar para a prisão", desabafa a mãe da vítima, Elizete Lima. Ela diz que até hoje a família continua sem acreditar no que aconteceu. "Nosso pedido maior é que o julgamento aconteça logo e que o culpado fique preso", afirma.

Estelionatário mineiro é preso em Vila Velha

Um estelionatário foragido da Justiça de Minas Gerais foi preso em um condomínio de luxo na Praia da Itaparica, em Vila Velha. Iuri Gomes Dias era procurado pela polícia e utilizava um sobrenome falso, Maldini Zampieri, para despistar as buscas.

Iuri tinha um mandado de prisão preventiva aberto contra ele pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais por estelionato e foi preso na manhã de sexta-feira.

Ele e uma namorada já haviam sido presos pelo mesmo crime em 2016, mas foram liberados.

Na época o casal ostentava uma vida de luxo nas redes sociais, com carros, barcos e festas.

PRISÃO

A Polícia Civil recebeu a informações do endereço em que ele estava morando e agentes foram ao local para efetuar a prisão.

Ao chegar ao endereço, o porteiro do condomínio informou que o morador do apartamento estava registrado como Yuri Maldini Zampieri.

Os policiais seguiram com a ação, por conta do primeiro nome ser o mesmo do procurado.

Eles relataram que quando chegaram ao apartamento, o criminoso se apresentou com o nome falso.

Iuri mostrou uma carteira de motorista com o sobrenome italiano, mas os policiais o reconheceram através de fotos que foram

divulgadas na imprensa, na época da prisão dele em 2016.

Aos policiais, ele admitiu que sabia que tinha uma ordem de prisão contra ele e por isso decidiu utilizar o nome diferente.

Com Iuri, os policiais apreenderam um veículo de luxo, uma Mercedes Benz modelo C180.

Segundo o relatório dos policiais, o criminoso se recusou a dizer o nome do dono do carro.

No apartamento, os policiais encontraram documentos falsos, entre eles haviam duas carteiras de motoristas, CPF, RG, uma certidão de nascimento do Rio Grande do Norte e uma habilitação de motorista do estado da Flórida, nos Estados Unidos.

Também foram recolhidos cartões de crédito com o nome falso, chips para celular, 96 frascos de anabolizantes, além de recibos e contratos com o nome falso utilizado pelo criminoso.

Iuri Gomes Dias foi levado para a segunda delegacia regional de Vila Velha e em seguida encaminhado para o Centro de Triagem de Viana.

Ele teve a prisão em flagrante convertida para preventiva com validade de seis anos decretada pela juíza Daniela de Vasconcelos Agapito, em audiência de custódia realizada na manhã de ontem. Foi enviado um ofício à Comarca de Governador Valadares e ele está a disposição da Justiça mineira.



MATERIAL APREENDIDO em 2016 com Iuri, na casa dele, em Minas

ARI MELO/TV GAZETA



Policiais militares já estão reforçando a segurança nas divisas do Espírito Santo com o Rio de Janeiro

Policciamento na divisa previne crimes nas estradas

Presidente da Transcares alerta para a migração dos bandidos para o Estado

▄ Roubos de cargas são frequentes no Estado vizinho, Rio de Janeiro, que no último dia 16 iniciou uma intervenção federal. A mudança fez acender um alerta de riscos de migração da criminalidade.

Para o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas & Logística no Estado do Espírito Santo (Transcares), Liemar José Pretti é preciso prevenir.

“Precisamos estar aten-

tos com a proximidade com o Rio, pois pode haver uma migração dessa criminalidade. É preciso uma prevenção constante, pois sabemos do tamanho do problema do vizinho Rio de Janeiro”, observou o presidente da Transcares.

Pretti completou que a intensificação do policiamento nos municípios capixabas que fazem divisa com o Rio pode inibir algumas ações nas estradas.

“Temos uma burocracia na segurança que a criminalidade não possui. Alguns bandidos já podem ter migrado, mas o policiamento pode inibir.”

Se há menos riscos para os veículos que trafegam com carregamentos, o custo para esse transporte dentro do Espírito Santo também é menor que em outros Estados, o que colabora com a economia capixaba. Segundo Liemar José Pretti, o quesito segurança tem sido um atrativo para a instalação de novas empresas do ramo.

“É uma visão positiva, pois os roubos acabam afetando diretamente as empresas. Hoje, temos empresas novas no ramo vindo para o Estado por ter um ambiente mais propício para se instalarem, evi-

tando o Rio de Janeiro, por exemplo, onde a situação é bem complexa. Lá, o valor gasto pelas empresas em segurança é incluído no valor do transporte”, pontuou.

O reflexo da maior segurança nesse tipo de transporte reflete, por exemplo, no valor mais baixo de seguro das mercadorias.

“São atrativos que geram mais renda para o Estado e, consequentemente, geram mais emprego e aumentam a circulação de bens e mercadorias”, observou o delegado Nilton Abdala.

ENTREVISTA

Eugênio Ricas

“Objetivo é não cometer erros no combate às fake news”

Diretor da PF diz que **cooperação com o FBI** é para que não se repitam, no Brasil, falhas admitidas pelos próprios americanos na eleição dos EUA



DIÁLOGOS SOBRE INTEGRIDADE

NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

A nova aposta da Polícia Federal (PF) para tentar combater os crimes cometidos pela internet e as notícias falsas, as chamadas fake news, que ameaçam principalmente as eleições deste ano, é contar com a cooperação internacional por meio do FBI (a polícia federal americana).

Um dos que estão à frente do trabalho no Brasil é o diretor de Investigações e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, o delegado Eugênio Ricas, que será um dos palestrantes do seminário “Diálogos sobre Integridade”, realizado amanhã pela Rede Gazeta. O evento tem inscrições gratuitas.

Entre os palestrantes também estão o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, o procurador Regional da República, Carlos Fernando Lima, que atua na força-tarefa da Operação Lava Jato, e ainda o advogado Fábio Medina Osório, que foi ministro-chefe da Advocacia-Geral da União.

Confira a entrevista com o diretor da PF.

No início do mês, o senhor participou com o diretor-geral da PF, Fernando Segóvia, de reuniões com o FBI. De que forma a instituição po-



VÁLTER CAMPANATO/ABR - 13/11/2017

derá ajudar no combate aos crimes do Brasil?

Nos reunimos com eles e com outras agências, e com o FBI já temos um primeiro acordo. Eles vão mandar uma equipe de policiais que trabalharam na apuração das fake news e sobre a influência russa nas eleições americanas, que deve chegar aqui em março. Na mesma época, também enviaremos uma equipe de policiais brasileiros para ficar no Centro Nacional de Cybercrime, nos Estados Unidos, para buscar um pouco da expertise deles. O Centro investiga vários tipos de crimes que são praticados pela internet. Não só fake news, mas também pornografia infantil, fraudes bancárias. Também evoluímos nas conversas para cooperação no combate ao tráfico de armas, de drogas, que têm um apelo grande da sociedade. E sabemos que o índice alto de corrupção

Normalmente, em países mais corruptos, há a tendência de fortalecimento de outros crimes, entre eles o tráfico de drogas e armas, principalmente”

em países faz com que o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o crime organizado como um todo sejam beneficiados.

Como a experiência nos EUA pode auxiliar no combate às fake news,

principalmente nas eleições deste ano?

Os próprios americanos falam que erraram muito mais do que acertaram no combate às fake news. O objetivo é não cometer os mesmos erros, já que eles estão dispostos a nos passar essas experiências. A dificuldade é que eles têm uma legislação mais moderna. No Brasil, vamos trabalhar com leis da década de 60, para combater um crime do século 21. Mas, em termos tecnológicos, vai haver cooperação.

Como estão buscando cooperação com outros países, além dos EUA, para combater a corrupção?

Temos intensificado as ações e já temos alguns acordos para recuperação de ativos. Há um departamento nosso que atua identificando recursos e contas no exterior, e trazendo eles de volta para o Brasil. Temos intensificado a criação de adidâncias, que são re-

presentações nossas em outros países. Está em nossa agenda a criação de uma na Suíça, para que tenhamos uma facilidade maior de obtenção de dados quando os recursos forem depositados naquele país.

O Brasil caiu 17 posições no ranking de percepção da corrupção. Por que acha que isso ocorreu?

Em razão das inúmeras investigações e do funcionamento das instituições, que estão gerando essa sequência de operações, como esta nova fase da Lava Jato, no Paraná. As pessoas vão percebendo, e o índice tende a aumentar. Mas esperamos que seja um aumento temporário e que a percepção e, efetivamente, a corrupção diminuam.

Com a intervenção federal no Rio, o governo federal tem sido criticado por atuar pouco na segurança pública. Como is-

Os EUA só superaram a falta de integração entre os órgãos depois do 11 de Setembro. E o nosso 11 de Setembro ocorre todo dia”

so pode melhorar?

O maior gargalo é a falta de integração entre os órgãos de Segurança. É uma questão que precisa ser urgentemente superada. Os EUA só superaram isso depois do 11 de Setembro. E o nosso 11 de Setembro acontece todo dia. É inadmissível a quantidade de brasileiros que morrem em razão da violência.

Ainda há mal-estar entre delegados e o comando da PF após a entrevista concedida pelo diretor-geral indicando que o inquérito contra Temer seria arquivado?

Creio que não, ele (Segóvia) já se explicou, e foi mal interpretado. Isso é um fato superado. A própria deflagração de uma fase da Lava Jato na semana passada demonstrou isso.

EVENTO

Quando: amanhã, 26/02
Horário: 13h

Onde: Centro de Convenções de Vitória
Inscrições gratuitas:
www.gazetaonline.com.br/dialogos

ALÔ, CONSUMIDOR!

OS DIREITOS DE QUEM ESTÁ COM O NOME SUJO

Endividados precisam ser comunicados sobre a negativação

4 GERALDO CAMPOS JR
gcjunior@redegazeta.com.br

O consumidor capixaba é o 12º mais endividado do país e o 7º mais inadimplente, segundo o raio-X do crédito nas capitais brasileiras, feito pela Fecomércio São Paulo. Em Vitória, 68% das 120.514 famílias fizeram dívidas, dentre as quais 32% têm débitos em atraso, ou seja, estão inadimplentes.

Não pagar as contas em dia pode resultar em inscrição do nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito, como o SPC e Serasa.

O problema é que, além de comprometer a contratação de serviços, compras e a obtenção de empréstimos, estar com o nome sujo também tem atrapalhado a conquista de uma vaga de emprego e a renovação de matrículas em instituições de ensino.

Para listar os direitos de quem está negativado, A GAZETA ouviu especialistas de defesa do consumidor, que alertam que a finalidade do cadastro de restrição ao crédito não deve ser desvirtuada.

O primeiro direito do endividado, segundo a economista Ione Amorim, do



GUILHERME FERRARI - 23/10/2015

Desrespeito

O aposentado José Edino dos Santos, 67 anos, chegou a receber 32 ligações em um dia quando estava negativado por uma dívida que fez para ajudar o filho desempregado.

“Me chamaram de caloteiro, ligaram das 7h30 às 22h. A pressão era tanta que cheguei a entrar em depressão, a ponto de não conseguir dormir”

JOSÉ EDINO DOS SANTOS APOSENTADO

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), é o de ser comunicado que foi incluído na lista de órgãos de proteção ao crédito. “Essa é uma das maiores reclamações que recebemos. O consumidor tem o direito de ser avisado para que possa se manifestar se terá condição de fazer o pagamento do débito”, explica.

ERRO

“É abusivo instituições de ensino e planos de saúde não renovarem matrícula por causa de nome negativado”

IONE AMORIM
ECONOMISTA DO IDEC

Em 2017, foram 267 reclamações registradas no Procon Estadual por negativação indevida. Outras 40 pessoas reclamaram por não serem informadas da inclusão nesses serviços, números que não refletem a realidade, segundo a presidente do Procon, Denize Izaita.

“Muitas pessoas estão in-

do atrás dos seus direitos direito na Justiça, mas sabemos que essas situações atingem a um número maior de consumidores. O ideal é recorrer a todos os órgãos possíveis e buscar uma reparação”, afirma.

A dificuldade na contratação de um empréstimo ou a assinatura de um aluguel são as principais sanções

que podem ser aplicadas a quem está com o nome sujo. No entanto, outras práticas como a não renovação de matrículas em instituições de ensino e a consulta para tirar passaporte ou visto são vistas como abusivas. “Em colégios, faculdades, e empresas de saúde, é abusivo do ponto de vista do código de defesa do consumidor a não renovação ou a recusa de atendimento porque se trata de serviços, e não uma cessão de crédito”, explica Ione, do Idec.

EMPREGO

Outro ponto polêmico é a consulta a essas listas durante o processo de seleção de empresas e até para tomar posse em cargos públicos. O diretor-executivo financeiro da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Sidley Gabriel, explica que apesar da recomendação da entidade que isso não ocorra, é prática de algumas empresas.

“Temos conhecimento de empresas que têm essa postura, mas é algo que elas não divulgam. A nossa orientação é que isso não ocorra, até porque é uma prática discriminatória que pode ser prejudicial para a empresa”, comenta.

O QUE PODE E O QUE NÃO PODE

PODE ACONTECER

- **Dificuldades na concessão de crédito**, como conseguir cartão, fazer financiamento ou obter empréstimos.
- **Recusas para fechar o aluguel** de imóveis por parte de imobiliárias.
- **Impedimento de comprar** a prazo ou contratar serviços.
- **A empresa pode ceder** a dívida para outra especializada no assunto.

O QUE NÃO PODE

- **Não ser avisado** pela empresa da inclusão do nome em órgãos de proteção ao crédito.
- **Cobranças abusivas e vexatórias**, que pressionem ou humilhem o endividado, como ligações insistentes, fora de horário comercial e em fins de semana e feriados.
- **Ser impedido** de tirar passaporte ou visto para outros países.

- **Ser eliminado de concurso público**, com exceção de alguns cargos ligados à administração financeira, ou em instituições como o Banco Central, Casa da Moeda e BNDES.
- **Ter o cheque especial utilizado** pelo banco como forma de pagamento da dívida.
- **Ser impedido de contratar seguro**, exceto se a seguradora estabelecer a consulta

como critério de análise.

ATÉ PODE, MAS É QUESTIONÁVEL

- **Ser eliminado em processos de seleção** de empresas privadas após consulta a essas listas. Associação Brasileira de Recursos Humanos recomenda que a prática não seja feita, por ser discriminatória, mas o Tribunal Superior do

Trabalho determinou em 2012 que este é um critério de cada empregador.

- **Instituições de ensino e planos de saúde** até podem recusar a renovação da matrícula ou recusar atendimento, uma vez que nenhuma lei veta a prática. Mas a prática é considerada abusiva de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, que considera que o corte só pode ser feito se fosse um serviço de cessão de crédito.

DURAÇÃO

- **Após cinco anos**, o nome do devedor é retirado da restrição ao crédito, mas a dívida não deixa de existir.
- **Depois de quitada a dívida**, o credor pode negar a solicitação de crédito a quem estava devendo, mas bancos não podem negar a abertura de conta-salário.

Fontes: Proteste e Idec



Cobranças humilhantes e pressão são proibidas

Ligações sucessivas e ameaças são vetadas por Código de Defesa do Consumidor

de GERALDO CAMPOS JR
gcejunior@redgazeta.com.br

Instituições financeiras ou empresas não podem usar o pretexto da dívida em atraso para fazer cobranças abusivas, com tom de pressão e ameaça, ou com teor vexatório. Essas práticas são condenadas pelo Código de Defesa do Consumidor e podem motivar ações judiciais por danos morais.

Essa situação aconteceu com o aposentado José Edino dos Santos, de 67 anos. Ele ficou endividado em razão de um empréstimo que precisou fazer para ajudar o filho que estava

desempregado e com problemas de saúde. Diante dessa situação, o banco credor fazia várias ligações em tom humilhante.

"Falavam que eu tinha que pagar, que eu estava sendo caloteiro. E eram várias ligações por dia, de 7h30 até 22h. Teve uma ocasião que contei 32 chamadas em um dia. Um absurdo. Hoje, graças a Deus, eu consegui resolver tudo isso, mas na época, há cerca de dois anos, foi uma situação que me deixou até doente, com depressão, a ponto de não conseguir dormir, tamanho o desrespeito", conta.

Em 2017, o Procon Estadual recebeu de consumidores negativados 83 reclamações por cobranças

vexatórias. Nos primeiros 50 dias deste ano, foram 10. "Quando isso ocorre, a maioria das pessoas já ingressa direto com uma ação no Juizado Cível ou na Justiça comum pedindo condenação por danos morais, e nem vem ao Procon", explica a presidente do órgão, Denize Izaita.

DICA

"É prudente que o consumidor grave as ligações. É uma segurança extra importante"

DENIZE IZAITA
PRESIDENTE DO
PROCON ESTADUAL

A economista Ione Amorim, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), confirma que as cobranças abusivas são as principais reclamações desses consumidores, que se sentem pressionados pelas ligações insistentes em várias horas do dia e até em finais de semana e feriados.

"Esse tipo de abordagem, além de abusiva, causa um processo de abalo nessas pessoas, que já são pressionadas pelas próprias sanções da negativação, por estarem na situação de endividamento. Essa agressividade nas cobranças acaba piorando isso, com pessoas que perdem a noite de sono, adoecem e tem a produtividade no trabalho reduzida por sofrer essa situa-

ção", explica Ione.

A diretora do Procon Estadual lembra que, caso a cobrança passe para o tom da ameaça, como uma possível tomada de bens, a situação sai da esfera cível e vai para a criminal. Dessa forma, esse consumidor ameaçado deve registrar uma notícia-crime na Delegacia do Consumidor, ou em qualquer delegacia de polícia.

Uma dica nesses casos é gravar as ligações através de aplicativos, para usar como prova. "É prudente que o consumidor grave porque apenas empresas de telefonia não obrigadas a fazer a gravação, outras empresas de cobrança não. É uma segurança extra importante", ressalta Denize.

FIQUE NO AZUL

10 DICAS PARA SAIR DAS DÍVIDAS

1. CRIE METAS

Você deve separar as dívidas prioritárias e criar estratégias, como o pagamento das contas mais caras ainda no primeiro semestre.

2. ORGANIZE O ORÇAMENTO

É preciso organizar o seu orçamento. Você pode usar um aplicativo de telefone, uma planilha do computador ou até um caderno. O importante é que você anote todo o dinheiro que você recebe no mês e todos os gastos.

3. CONVERSA EM FAMÍLIA

É muito importante envolver a família na organização do orçamento. Cada um pode ajudar com ideias.

4. CORTE GASTOS DESNECESSÁRIOS

Enquanto você está com dívidas, o ideal é apertar o cinto e cortar despesas desnecessárias, como comer fora de casa.

5. BUSQUE UMA RENDA EXTRA

Às vezes, só cortar não basta. O caminho pode ser a renda extra, como bicos nos finais de semana.

6. DESAPEGUE

Você pode se desfazer de itens que não usa mais ou produzir bolos, doces, artesanatos para vender. Descubra alguma atividade que você leva jeito e comece a empreender.

7. NEGOCIE COM OS CREDORES

Com o orçamento em ordem, procure os seus credores. Com dinheiro na mão, é mais fácil negociar e conseguir um desconto.

8. PRIORIZE AS DÍVIDAS COM JUROS MAIORES

Se você tem mais de uma dívida, o importante é dar prioridade para as que têm os maiores juros, como as de cartão ou de empréstimos. Isso evita que a dívida vire uma bola de neve.

9. PLANEJE OS PAGAMENTOS

Outro ponto é não se perder em meio a vários pagamentos que precisam ser feitos. Planeje todos os compromissos financeiros, como o dia de quitá-los.

10. PESQUISE ANTES DE COMPRAR

Vá atrás do menor preço tanto em compras quanto para obter empréstimos, isso pode representar uma economia boa.

Lei capixaba limita horário para ligações

Presstes a completar um ano de vigência, a Lei Estadual 10.626/2017 limita o horário e os dias que fornecedores de produtos ou serviços podem efetuar serviços de telemarketing e cobrança de dívidas por telefone aos consumidores.

Pela legislação, essas cobranças só podem ser feitas em horário comercial, ou seja, entre 8h e 19h, de segunda a sexta-feira. Qualquer ligação de telemarketing fora desses horários ou aos sába-

dos, domingos e feriados é proibida, e a empresa pode ser punida de acordo com as sanções estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

A presidente do Procon Estadual, Denize Izaita, explica que, mesmo que haja negativação, as empresas não têm o direito de violar essa lei para fazer suas cobranças. Dessa forma, o consumidor que for alvo desse tipo de prática que é coibida pela legislação, deve denunciar ao Procon e a Justiça.

"Quem sofre situações assim deve denunciar essas cobranças abusivas para que as empresas possam ser punidas. É importante denunciar a empresa originária da dívida, além da empresa que está fazendo a cobrança. Essas medidas punitivas vão desde multas de direitos difusos e coletivos, que são as punições mais comuns, até mesmo a interdição da empresa e obrigação de realização de uma contrapropaganda", afirma.



Telemarketing: ligações de cobrança têm dia e hora

Suspensa multa de R\$ 2,3 mil por grito de “Fora Temer”

Uma servidora do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) conseguiu derrubar na Justiça, por meio de liminar, pena disciplinar de suspensão de dez dias, convertida em multa de R\$ 2.300.

O processo disciplinar havia sido instaurado por causa de manifestação da servidora em reunião do IAE. Na ocasião, o diretor fazia uma apresentação sobre a reestruturação do órgão. Em determinado momento, a servidora levantou-se e gritou “Fora Temer”.

Segundo a juíza federal Mônica Wilma Bevilaqua, o valor da multa nos vencimentos pode ocasionar danos de difícil reparação.

Uni-duni-tê

A defesa do senador Aécio Neves

(PSDB-MG) questiona o fato de o ex-procurador-geral Rodrigo Janot ter enviado a delação da JBS diretamente ao ministro Edson Fachin. Ao encaminhar o caso para o relator da Lava a Jato no STF, sustenta, Janot teria driblado o sistema de distribuição da corte.

Economia

FALE COM O EDITOR RAFAEL GUZZO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

Mais de 11 mil são cobrados por dívidas que não existem

As queixas foram feitas no Procon Estadual e se referem a débitos de cartão de crédito, contas de luz e telefone

Andreia Ferreira

Ser cobrado por uma dívida já é uma situação desagradável. Imagina, então, receber cobranças indevidas de uma dívida que você não fez? Para 11.636 consumidores no Espírito Santo, esse tipo de situação está causando transtornos.

O número é do Procon Estadual e é referente a quantidade de atendimentos de cobranças indevidas que o órgão realizou desde janeiro de 2017 até este mês. Os consumidores questionaram que são cobrados pelas empresas mesmo sem ter feito a dívida.

São débitos relativos à fatura de cartão de crédito, serviços de telefonia, empréstimo bancário, contas de luz e diversos outros.

De janeiro a fevereiro de 2017, foram registradas 1.117 queixas de cobranças indevidas. No mesmo período desde ano, o número foi de 1.454 atendimentos.

Para a diretora-presidente do Procon, Denize Izaita, o aumento é representativo, mas ela também acredita que muitas pessoas ainda não registram as cobranças indevidas no órgão e que muitas ainda vão direto para a Justiça.

O caminho certo para o consumidor, segundo Denize, é primeiro procurar os canais de comunicação da empresa que está fazendo a cobrança. Caso não seja firmado um consenso, a pessoa pode se dirigir ao Procon.

“Nós passamos as orientações e tentamos um acordo que seja interessante para as duas partes (empresa e consumidor). Conforme a



O ADVOGADO Carlos Eduardo Lyrio disse que o consumidor pode ser ressarcido em caso de cobrança indevida

gravidade do fato, o Procon aplica uma multa com base em um balanço econômico e financeiro da empresa para quantificar o valor”.

O advogado do consumidor Carlos Eduardo Lyrio afirmou que há casos em que o consumidor não paga a dívida por não reconhecê-la e tem o nome negativado. “Se a cobrança causar algum tipo de transtorno ao cliente, ele tem direito à indenização”, disse Lyrio.

Ele explicou que caso o consumidor pague a dívida inexistente e que foi indevidamente cobrada, o valor da dívida paga poderá ser devolvido em dobro.

O juiz titular do 3º Juizado Especial Cível de Cariacica, Ademar João Bermond, relatou que atende por mês 20 demandas sobre cobranças indevidas. Segundo ele, as indenizações normalmente variam entre R\$ 3 a R\$ 12 mil.

SAIBA MAIS

Este ano, foram 1.454 registros

Cobranças indevidas

- > **CONSUMIDORES** do Estado estão sendo cobrados por dívidas que não fizeram relativas, principalmente, à fatura de cartão de crédito, serviço de telefonia, contas de energia, empréstimo bancário, entre outras.
- > **EM 2017**, foram registrados no Procon Estadual 10.182 atendimentos de consumidores que afirmam ter recebido cobranças indevidas.
- > **DE JANEIRO** até o dia 20 deste mês, o registro foi de 1.454.

Justiça e Procon

- > **O CONSUMIDOR** pode comprovar a cobrança indevida por meio de provas demonstrativas como faturas

que constam os valores e protocolo de ligações feitas com os credores.

- > **AO RECEBER** uma cobrança indevida, o cidadão deve primeiro procurar os canais de comunicação da empresa. Se não resolver, procurar o Procon ou recorrer a um advogado.

Indenização

- > **OCORRE SE A EMPRESA** credora causar algum transtorno ao cliente. A indenização vai depender da interposição do juiz.
- > **UM CASO** grave é quando o cliente não paga a dívida (por não reconhecê-la) e tem o nome negativado.

Fontes: Procon e especialista citados.

Lei estadual vai determinar dia e hora para cobranças

No Espírito Santo, as empresas só poderão realizar cobranças de dívidas de segunda a sexta, das 8 às 19 horas. É o que determina a Lei Estadual 10.626, que entra em vigor a partir da semana que vem.

De acordo com a diretora-presidente do Procon Estadual, Denize Izaita, são poucos os estados brasileiros que possuem uma lei que dispõe dos dias e horários permitidos para que as empresas façam cobranças de débitos.

“Caso a lei não seja cumprida, o consumidor pode se dirigir ao Procon Estadual e uma multa poderá ser aplicada à empresa”, explicou Denize.

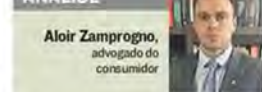
Hoje, é o Código de Defesa do Consumidor (CDC) que define os parâmetros que devem ser seguidos para que o consumidor inadimplente não se sinta constrangido na cobrança.

“Mas não há um consenso sobre o que causa constrangimento ao cliente. A partir da vigência da nova lei, estão definidos os horários e dias em que a cobrança pode ser abusiva”, disse a diretora-presidente do Procon.



DENIZE: evitar constrangimento

ANÁLISE



Pedido de devolução e de danos morais

“Alguns dos motivos que levam às cobranças indevidas são a massificação da prestação de serviços e produção de bens duráveis e não duráveis e a má-fé. Consequência disso são os erros nessas cobranças.”

Se o consumidor se deparar com situação de cobrança indevida, ele pode acionar, na Justiça, quem efetuou a cobrança, podendo este ser responsabilizado por seus atos de forma objetiva, ou seja, sem necessidade do consumidor provar a culpa do fornecedor.

Portanto, sendo o caso de pagamento de dívida que não existia, o consumidor, além do pedido de danos morais, pode requerer que lhe seja devolvida a quantia paga, indevidamente, em dobro.”

ALGUMAS CONDENAÇÕES

Cartão de crédito

Uma consumidora alegou que mesmo sem fazer a solicitação ao banco requerido, recebeu em sua residência seis cartões de crédito bloqueados.

Ela disse que mesmo sem desbloqueá-los, passou a receber cobranças de anuidades, juros e encargos dos cartões. Juiz da Vara Única da Comarca de Ibatiba condenou a instituição financeira a indenizar em R\$ 3 mil, a título de danos morais, a cidadã, pelo envio de cartões de crédito sem prévia solicitação da cliente e pela cobrança indevida das faturas dos cartões.



Serviços cobrados que não foram solicitados

Apesar de uma consumidora nunca ter contratado os serviços e produtos de uma concessionária de telecomunicações, durante alguns meses ela recebeu ligações e mensagens de cobrança, além de ameaças de seu nome entrar para a lista de maus pagadores.

A juíza de Direito do Juizado Especial Cível da cidade de Fundão condenou a empresa a indenizar a consumidora em R\$ 5 mil, a título de danos morais.

A condenação foi por causa da cobrança indevida de débito e por ameaças de inserção de seu nome em órgãos de proteção ao crédito.

ALESSANDRO DE PAULA - 01/04/2018

ANTONIO COIMBRA - 01/01/2018

DIRUS.SAÇÃO - 01/04/2017



LUCIANO PAIVA, DANIEL DA AÇAÍ E LUIZ CARLOS PIASSI estariam impedidos de disputar a eleição deste ano, pois têm condenação por órgão colegiado

ENTENDA

O caso Lula

- > EM JANEIRO de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) condenou Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por supostamente receber um triplex da OAS como propina.
- > MAS a própria legislação, aprovada em 2010, oferece uma saída para a candidatura de Lula. A inelegibilidade pode ser suspensa por decisão de tribunal superior em que a defesa recorrer contra a decisão do TRF-4.
- > O PEDIDO pode ser feito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF).
- > UMA DECISÃO liminar, ainda que provisória, pode garantir o registro de candidatura de Lula, que é analisado e autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro Luiz Fux, entretanto, disse que a Corte vai decidir o caso. A candidatura de Lula deve ser feita até 15 de agosto e a Corte tem até o dia 17 de setembro para aceitar ou rejeitar a candidatura.

A situação dos prefeitos

- > O PREFEITO de Itapemirim, Luciano Paiva, possui condenação em segunda instância por órgão colegiado da Justiça Eleitoral por suposta prática de arrecadação e gastos ilícitos em campanha. Há um recurso contra expedição de diploma movido pelo DEM em desfavor dele e do vice Thiago Peçanha Lopes. ODEM ainda recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral e aguarda julgamento.
- > HÁ condenação em 2ª instância por órgão colegiado contra o prefeito de São Mateus, Daniel Barbosa, o Daniel da Açaí. Uma ação de Investigação Judicial Eleitoral, por suposto abuso de poder econômico, também foi movida pelo Ministério Público Eleitoral em desfavor dele e do vice José Carlos de Barros. Ele se mantém no cargo após lograr êxito em pedido suspensivo da decisão do TRE/ES.
- > O PREFEITO de Castelo, Luiz Carlos Piassi, possui seus direitos políticos suspensos por condenação transitada em julgado por improbidade administrativa. Há um recurso contra expedição de diploma em desfavor dele aguardando julgamento no TRE/ES.

Fonte: TRE e advogado eleitoral Murir Abud.

Três prefeitos do Estado têm condenação em 2ª instância

Caso o ex-presidente Lula consiga disputar a eleição, ele vai abrir precedentes para outros condenados, inclusive no Estado

Luiz Fernando Brumana
Tiago Alencar

Pelo menos três prefeitos capixabas estariam impedidos de disputar a eleição, se o pleito fosse hoje. Eles possuem condenação em segunda instância. Porém, para advogados eleitorais, caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) consiga ser candidato este ano, abre precedentes

para esse gestores condenados. O prefeito afastado de Itapemirim, Luciano Paiva (Pros), possui condenação em segunda instância por órgão colegiado da Justiça Eleitoral por prática de arrecadação e gastos ilícitos em campanha. O chefe do Executivo de São Mateus, Daniel Santana Barbosa (PSDB), o Daniel da Açaí, já foi condenado por abuso de poder econômico na última eleição. Mesmo assim, se mantém no cargo após pedido suspensivo. Já o prefeito de Castelo, Luiz Carlos Piassi, teve seus direitos políticos suspensos por condenação transitada em julgado por improbidade administrativa. A pedido de **A Tribuna**, o levantamento junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

(TRE-ES) foi feito pelo advogado eleitoral Murir Abud. “Busquei os recursos contra expedição de diploma que estão em andamento no TRE e as situações do atual gestor, levando em consideração que, se a eleição fosse hoje, estariam inelegíveis. Eles se mantêm no cargo por subterfúgios ou recursos”, explicou. A Corte, segundo ele, tem cerca de 20 ações de cassação, mas não identificou problemas que levassem a inelegibilidade de imediato. O advogado eleitoral Carlos Eduardo Lyrio ressaltou: “Se for concedida uma liminar para o ex-presidente Lula, será aberto o caminho para os candidatos que são fichas-sujas. É preciso lembrar que o STF já julgou, em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade

(Adin), que a Lei da Ficha Limpa é constitucional”, frisou. O advogado Gustavo Varella, ex-membro do plenário do TRE, diz que a liminar para conferir efeitos suspensivos contra a Lei da Ficha Limpa só podem acontecer quando há falhas graves no processo criminal ou naquele que gerou a inelegibilidade. “Caso o contrário, pode se tirar a razão da lei”, avaliou. **“A questão é que se for concedida uma liminar para Lula, será aberto um caminho para os fichas-sujas”** Carlos Eduardo Lyrio, advogado

O QUE ELES DIZEM



“Se a eleição fosse hoje, estariam inelegíveis. Eles se mantêm no cargo por recursos”
Murir Abud, advogado



“Uma vitória eleitoral, baseada em recursos judiciais, gera uma imensa insegurança jurídica”
Lauro Coimbra, advogado



“Liminar só deve ser deferida quando houver sustentação jurídica. Isso é política!”
Gustavo Varella, advogado

Definição só após recursos

O advogado do prefeito Luiz Carlos Piassi, Antônio Carlos Pimentel, disse que a situação do político deve ser definida após se esgotarem todos os recursos aos quais ele tem direito. “A liminar que ele conseguiu é um direito garantido a qualquer cidadão. A Justiça chegou a revogar o documento, mas ele já havia sido diplomado. Vamos esperar esgotarem todos os recursos”, disse Pimentel. Já a defesa do prefeito Daniel Santana Barbosa (PSDB), o Daniel da Açaí, ressaltou que o caso dele difere dos demais, uma vez que ele não teve condenação de inelegibilidade. O advogado Altamiro Tadeu disse que, embora esteja no poder por meio de liminar dada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), desembargador



SEDE DO TRE: julgamentos

Annibal de Rezende Lima, Açaí foi eleito normalmente. A advogada de Luciano Paiva, Larissa Meleipe, disse que o TRE-ES, em dezembro de 2016, julgou Paiva inelegível, e que, por isso, foi interposto recurso dessa decisão e se encontra sob exame no Tribunal Superior Eleitoral.

BENS OCULTOS

Patrimônio de Romário sob suspeita de fraude

Justiça identifica bens do senador em nome de terceiros. Objetivo era burlar dívidas

RIO

/// O senador Romário (Podemos-RJ) ocultou uma parcela milionária do seu patrimônio nos últimos anos para evitar o pagamento de dívidas na Justiça. Dois apartamentos na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, já foram identificados em juízo e vão ser usados para amortizar parte do que é devido pelo ex-jogador. Uma casa em um condomínio de luxo no mes-

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Romário negou ter casa na Barra da Tijuca

mo bairro e um carro importado deverão ser os próximos da lista.

Os bens mapeados são

avaliados em R\$ 9,6 milhões. Levantamento feito pelo jornal "O Globo" nas ações, em cartórios e junto à Procuradoria da Fazenda Nacional revela que Romário e duas de suas empresas são cobrados por pelo menos R\$ 36,7 milhões em dívidas com a União, outras empresas e pessoas físicas.

Procurado pela reportagem, Romário negou ser proprietário de uma casa em condomínio na Barra da Tijuca e afirmou que doou um imóvel (leiloado posteriormente) para a filha Ivy. (Agência O Globo)

REPORTAGEM ESPECIAL

GOVERNO REPASSA PARA MUNICÍPIOS R\$ 22 MILHÕES

Valor corresponde a recursos de convênios firmados em 2017

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpareira@redgazeta.com.br

No que diz respeito a transferências voluntárias de recursos para municípios do Espírito Santo, pode-se dizer que o governo Paulo Hartung (PMDB) pisou fundo no acelerador. Na comparação entre os três primeiros anos da gestão, 2017 foi período em que mais recursos foram enviados a municípios por meio dos chamados convênios.

Foram R\$ 22,4 milhões para ações como drenagem e pavimentação de ruas, construção de praças, de quadras poliesportivas, compra de ambulâncias e de materiais esportivos. O montante foi 67,1% maior que os recursos usados para o mesmo fim em 2016. Há dois anos, foram R\$ 13,4 milhões para convênios.

As informações foram extraídas do Portal da Transparência do governo do Estado no dia 20 de fevereiro. O levantamento incluiu os convênios para todas as áreas das prefeituras, inclusive para os fundos municipais de saúde. Contudo, não especifica quais recursos foram liberados não por exclusividade do Executivo es-



Palácio Anchieta: recursos enviados pelo Estado aos municípios por convênios

GABRIEL LORDÉLLO - 12/03/2012

tadual, mas por emendas de deputados.

Em 2015, foram R\$ 15,2 milhões para 56 das 78 prefeituras do Estado. Do início do governo até fevereiro de 2018, foram R\$ 56,8 milhões para as prefeituras por meio de convênios, segundo o portal.

RANKING

Em valores absolutos, a Prefeitura de Cariacica foi a que mais usufruiu de convênios com o Estado: R\$ 15,8

DE 2015 A 2018

R\$ 56 milhões

Total de convênios com prefeituras, segundo o Portal da Transparência

milhões, no acumulado até o momento. Em seguida, Vila Velha, com R\$ 10,4 milhões. Mas considerando o

total de convênios por habitantes essas cidades foram só a 9ª e a 21ª entre as mais beneficiadas.

POR PESSOA

A prefeitura com mais recursos de convênios por habitante no período é Itarana: R\$ 183,08. A que menos ganhou dinheiro na proporção dos habitantes foi Colatina. Os R\$ 61,7 mil em convênios representa R\$ 0,50 para cada um dos 124,5 mil ha-

CONVÊNIO COM PREFEITURAS NO GOVERNO HARTUNG

Em milhões de R\$



*Dados do Portal da Transparência, consultados em 20 de fevereiro

(Infografia | Marcelo Franco)

“ação compartilhada visando assegurar a continuidade da implantação e desenvolvimento da municipalização do ensino fundamental”.

Em Vila Velha, nos dois últimos anos da gestão de Rodney Miranda (DEM), aliado do governador Paulo Hartung, houve, respectivamente, R\$ 7,3 milhões e R\$ 3,1 milhões em convênios. Até aqui, não chegou nada para o atual prefeito, Max Filho (PSDB), adversário de Hartung.

REGULARIDADE

Alguns dos municípios ficaram sem convênios do período não por uma avaliação discricionária do governo do Estado. Em outubro de 2017, 35 prefeituras estavam impedidas de receber repasses do Executivo estadual por pendências na documentação apresentada ao Tribunal de Contas (TCES). Para estarem aptos aos recursos é necessário estar com certidões de regularidade em dia. São exigidos, por exemplo, cumprimento do gasto mínimo com educação e saúde, e obediência dos limites legais dos gastos com a folha de servidores.

R\$ 2 bilhões transferidos em quatro anos

Apesar do crescimento de 67% no total de repasses para prefeituras, o valor global de convênios do governo do Estado despencou do ano de 2016 para 2017. No ano passado, foram R\$ 75,2 milhões em convênios com prefeituras, associações, entidades e hospitais filantrópicos. Em 2016, R\$ 1,3 bilhão foi para convênios, quase o dobro dos R\$ 606,3 milhões registrados em 2015. Nestes quatro anos

de governo Hartung, até fevereiro, foram R\$ 2 bilhões em convênios.

No período, o que mais consumiu recursos públicos foi a “integração de associações, hospitais e universidade ao SUS”, para que atendessem pacientes da rede pública.

Ao todo, 336 prefeituras, fundos municipais de saúde, APAEs, associações, institutos e outras pessoas jurídicas receberam algum tipo de recurso. A natureza deles

é diversa. Vai de asilo de idosos a liga de escolas de samba e associações esportivas.

Neste período, o menor montante repassado foi de R\$ 7,5 mil para a Associação Brasileira de Exportadores de Papaya, em 2017. Já o maior foi de R\$ 334,4 milhões, divididos em 2015 e 2016, para o Hospital Evangélico de Cachoeiro.

Embora apresentados no Portal da Transparência na área de convênios do governo, parte das transferências

ocorreu a pedido de deputados. O governo permite que cada um dos 30 indique livremente uma fração dos recursos do Orçamento. Em 2018, cada um pode direcionar até R\$ 1,2 milhão.

O governo não se manifestou porque a equipe que acompanha as evoluções dos convênios celebrados estava envolvida no planejamento estratégico do Executivo na sexta-feira e no sábado, sem acesso aos documentos internos.

DIVULGAÇÃO/HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO



Hospital Evangélico de Cachoeiro recebeu recursos

Polícia

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Motorista atropela mãe e filhas

Família ia para a igreja quando foi atingida na faixa de pedestres em Vila Velha. O motorista fugiu. Menina de 3 anos está internada na UTI

Simony Giubert
Tais de Holanda

Adona de casa Danielly Conceição Menezes Vasconcelos dos Santos, de 30 anos, saiu de casa com os três filhos pequenos para ir a igreja evangélica. Porém, durante a travessia da avenida Carlos Lindenberg, na entrada do bairro Aribiri, em Vila Velha, ela foi atropelada por um carro, junto com as crianças. A família estava na faixa de pedestres.

Danielly e duas filhas ficaram feridas. A pequena Rebeca Menezes Santana, de 3 anos, está internada, em estado gravíssimo, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Infantil de Vitória. O acidente foi às 19h30 de sábado. A criança completa 4 anos no dia 20 de abril.

O motorista que atropelou a mãe e as meninas abandonou o carro no local e fugiu sem prestar socorro.

De acordo com o boletim de ocorrência da PM, dentro do Fiat Prêmio, placa MPN-2754, foram encontradas duas garrafas e três latas de cerveja, fechadas.

Às 18h30 de ontem, prima de Rebeca, a dona de casa Simone Ramos Santana, 30, contou que Rebeca passou por exames. "A médica disse que hoje (ontem) não vai dar quadro de morte cerebral. Ela reagiu a um procedimento da médica. Recolheram sangue, mas os resultados não saem hoje (ontem)".

Testemunhas revelaram para os policiais que o motorista saiu do carro cambaleando, como se estivesse embriagado. E afirmaram que o semáforo estaria fechado para motoristas e aberto para pedestres.

Além de Rebeca, outros dois filhos de Danielly estavam com ela: a menina Raissa Menezes Santana, de 2, e Davi Menezes Santana, de 6 anos, que não ficou ferido.

"Uma pessoa que estava com o carro na fila do semáforo falou que a Danielly estava terminando de atravessar com os filhos quando o sinal abriu para os carros. Alguns carros esperaram ela terminar a travessia, mas esse motorista não e



O MOTORISTA fugiu do local deixando o Fiat Prêmio, placa MPN-2754, de Vila Velha, onde estavam duas garrafas e três latas de cerveja fechadas

avançou. As duas meninas estavam em um carrinho e o menino estava a pé. Ele não foi atingido pelo carro", disse Simone.

Ambulâncias dos Bombeiros e do Samu socorreram as vítimas. Raissa e Davi foram levados para o Hospital Infantil de Vila Velha e liberados. Danielly foi levada para o Hospital São Lucas e Rebeca para o Hospital Infantil, ambos em Vitória.



DANIelly DOS SANTOS ATROPELADA COM AS FILHAS EM VILA VELHA

"Ele não tinha parado no sinal"

A dona de casa Danielly dos Santos, 30 anos, mostra um coração contrito com a situação de sua filha Rebeca, de 3 anos, que está na UTI do hospital Infantil de Vitória após ser atropelada na noite de sábado ao lado de Danielly e ainda dois irmãos.

A TRIBUNA - A senhora lembra como foi o acidente?

DONA DE CASA - Estava a três passos de terminar de atravessar a rua, quando o carro me pegou. Acho que ele não tinha parado no sinal, pois a reação de qualquer um é parar. Estava com meus três filhos indo para a igreja, em Aribiri.

Ele me atropelou e quando abri meus olhos vi minha filha, Rebeca, desacordada. Pensei que ela tinha morrido. Só pensei nos meus filhos. Tentei levantar, mas caí. Gritei e minha neném de 2 anos co-



REBECA está na UTI após acidente

meçou a chorar.

> E o motorista?

Não vi. Disseram que ele saiu correndo. A polícia disse que tinham bebidas no carro dele.

> Saiba sobre a situação da sua

filha, Rebeca...?

Ela teve uma parada cardíaca no local. Está na UTI. Preferia que tivesse acontecido só comigo do que com minha filha. O que estou sentindo é muito forte. É revoltante.

Creio que Deus vai fazer um milagre. Ela poderia ter morrido no local do acidente e não morreu.

> Se ele, de fato, tiver bebido, a senhora vai perdôá-lo?

Com certeza o perdoo! Espero que ele seja ouvido e que a justiça seja feita. Não pode beber e dirigir. O pedestre é quem sempre paga, pois com o motorista que bebeu não acontece nada.

É triste ver o rosto da minha bebê de 2 anos (Raissa Menezes Santana) todo ralado. Ela também machucou as mãos, já meu outro filho (Davi Menezes Santana) está bem.

Carro foi vendido há cinco anos

O motorista do Fiat Prêmio, placa MPN-2754, que atropelou mãe e filhas, na entrada do bairro Aribiri, em Vila Velha, já teve multas por avanço de sinal, segundo a antiga dona do carro, uma aposentada de 75 anos.

Ela contou que vendeu o carro em 2012 e que, desde então, começou a receber multas. A aposentada ficou espantada ao saber sobre o atropelamento. "Foram pelo me-

nos quatro multas por excesso de velocidade. Mas como foi um parente que intermediou a venda na época, não sei nem o nome dele".

Segundo policiais civis de plantão na 2ª Delegacia Regional de Vila Velha, na noite e madrugada de sábado assim como na manhã de ontem, eles fizeram buscas pelo acusado. Chegaram a ir na casa da aposentada que consta como dona do carro. O carro está apreendido

na delegacia.

Na tarde de ontem, um advogado esteve na delegacia, em nome do suspeito, mas não deu o paradeiro dele. A ocorrência será encaminhada para a Delegacia de Delitos de Trânsito, que fica em Vitória.

Simone Ramos Santana, 30, parente das vítimas, contou que na tarde de ontem, a menina Rebeca, internada, esboçou uma reação, durante procedimento médico.

DEPOIMENTO

"Queremos que ele pague pelo que fez"

"Falaram que ela estava quase terminando de atravessar quando o sinal abriu para os carros, mas esse motorista não esperou e avançou. Ela estava indo para a igreja com as crianças e está acostumada a fazer esse trajeto. Esse motorista destruiu uma família. E a nossa Rebeca, como vai ficar? Como vai ser com o nosso anjo? Queremos que ele pague pelo

que fez. Ele poderia ter esperado que ela terminasse de atravessar, mas não esperou. Ele poderia ter prestado socorro, mas não prestou. Creio que ele ficou com medo da reação da população pois sabia que tinha feito coisa errada".

Simone Ramos Santana, 30 anos, prima de Raylan Santana, pai das crianças atropeladas

MOTORISTA ATROPELA MÃE E 3 FILHOS E FOGE

Segundo testemunhas, homem tinha sinais de embriaguez

▲ ELIS CARVALHO
▲ MAIRA MENDONÇA

Um motorista atropelou uma mãe e seus três filhos na noite do último sábado, na avenida Carlos Lindenberg, em Aribiri, em Vila Velha. Segundo testemunhas, o condutor do Fiat Premio que atingiu a família apresentava sinais de embriaguez. Ele abandonou o carro no local do acidente sem prestar socorro às vítimas.

A dona de casa Danielly Conceição Menezes Vasconcelos, 30, estava com as filhas Rebeca e Raíssa Menezes Santana, de 4 e 2 anos, em um carrinho de bebê. Ao seu lado estava Davi Menezes Santana, 6. A polícia não informou se eles estavam na calçada ou na rua no momento do acidente, que ocorreu às 19h30.

Mas a família da vítima afirma que os quatro atravessavam em uma faixa de pedestre e que o semáforo estava fechado para os carros. "Um motorista que presenciou contou que eles já estavam terminando de atravessar, a cerca de um metro da calçada, quando o sinal abriu. Os motoristas esperaram, mas um deles passou com velocidade e acertou a todos", contou o marido de Danielly e pai das crianças, Raylan Rodrigo Santanna, de 29 anos.

Após o atropelamento, testemunhas contaram que o condutor do carro estava cambaleando e aparentemente embriagado. Ele largou a chave na ignição e fugiu sem prestar socorro às vítimas. Procurada na tarde de ontem, a assessoria da Polícia Civil não informou se o motorista já foi encontrado e disse que não têm acesso às ocorrências dos plantões nos



Carro que atropelou a família, na Avenida Lindenberg. Ao lado, Danielly com o marido, Raylan, e os filhos Rebeca, 4, Raíssa, 2, e Davi,



Pedido de oração e solidariedade em rede social

▲ Através de sua página no Facebook, Danielly Menezes pediu que amigos e familiares façam orações pela melhora da filha Rebeca, de 4 anos, que permanece internada em es-

tado gravíssimo desde o acidente. Na postagem, com uma foto da menina e a legenda "Gente, me ajuda em oração pela minha princesinha. Por favor", uma rede de so-

lidariedade se formou para dar força à mãe. Entre os comentários, muitas mensagens de apoio como "Deus está no controle" e "Estamos em oração por vocês" foram deixadas.

FACEBOOK DANIELLY MENEZES



Rebeca foi internada em estado gravíssimo

finais de semana.

Mãe e filhos foram atendidos pelo Samu e Corpo de Bombeiros e depois foram levados para hospitais da Grande Vitória. Rebeca foi a que mais ficou ferida, com várias escoriações na cabeça. Ela foi conduzida para o Hospital Infantil de Vitória e até a noite de ontem estava em estado gravíssimo.

Danielly foi levada para o Hospital São Lucas, na Capital, com escoriações na boca, queixo e joelho direito. Ela perdeu um

dente. Raíssa e Davi foram levados para o Hospital Estadual Infantil Alzir Bernardino Alves (Himaba), em Vila Velha. A menina estava com escoriações no rosto e cabeça. Os três já receberam alta.

No carro envolvido no atropelamento e que, segundo a polícia, pertence a uma mulher, foram encontradas duas garrafas e duas latas de cerveja intactas. O veículo foi guinchado para a 2ª Delegacia Regional de Vila Velha.

REVOLTA

"EU QUERO JUSTIÇA. ESSE CARA VAI PAGAR"

Raylan Santanna
Pintor automotivo, 29

▲ Chorando muito, o pintor automotivo Raylan Rodrigo Santanna, de 29 anos, falou que o sentimento de ver filhos e mulher atropelados é de tristeza e revolta.

O que o senhor sabe sobre o acidente?

Soube que minha mulher e meus filhos estavam atravessando na faixa com o sinal fechado. O carro atravessou o sinal e pegou eles. Não teve como escaparem. Como ficou sabendo?

Foram na minha casa me avisar. Eu ainda fui no local e quando cheguei só minhas filhas lá no chão, minha mulher, muito me chucadas... E o cara nem socorreu, fugiu.

Por que acha que ele fugiu?

Ele devia estar bêbado ou drogado. Se ele não tivesse devendo não ia fugir.

O que o senhor diria para esse motorista

Depois do que ele me fez passar, eu queria perguntar se ele tem filho. Como é que ele ia estar? Ele ia aguentar a dor que estou passando? Ele acabou com a minha vida. E eu quero justiça. Esse cara vai pagar. Meu sentimento é de tristeza e revolta. Agora é pedir a Deus pela vida da minha filha.

Reportagem Especial

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Dez crimes bárbaros no Estado

As mulheres destacadas ao lado estão interligadas por um lado obscuro de companheiros e ex-companheiros que, por ciúmes, decidiram tirar suas vidas.

Eles aparecem tanto como executores quanto mandantes, como no caso do assassinato da médica Milena Gottardi. São 10 casos considerados por delegados como cruéis.

Milena foi baleada em 14 de setembro de 2017 ao sair do trabalho, no estacionamento do Hospital das Clínicas, em Vitória, e morreu no dia seguinte. Dias depois do crime, a polícia prendeu o ex-marido dela, Hilário Frasson, como o suspeito de ser o mandante.

O pai dele, Esperidião Frasson, também apontado como mandante: mais quatro homens estão presos acusados de participação no crime.

O irmão de Milena, o administrador de empresas Douglas Gottardi Tonini, 36, disse que o ciúme estava presente no relacionamento desde o namoro.

“Depois da separação, além do ciúme, o sentimento de posse aumentou. Parecia que a Milena era dele (Hilário). A todo o momento, ele falava que não ia desistir dela”.

Na sexta-feira, foram retomadas as audiências, sobre o caso, no Fórum Criminal de Vitória. No próximo dia 2, Hilário, o pai e os interdiários serão interrogados.

Em agosto do ano passado o estudante de Direito Rogério Costa le Almeida, 34 anos, tentou fazer parecer que a ex-noiva, a advogada Gabriela Silva de Jesus, de 24, tinha morrido atropelada, em Colina de Laranjeiras, na Serra.

A tentativa não convenceu e ao ruxar o histórico do relacionamento, a polícia descobriu que houve dias em que ele até a dopava, pois não aceitava o fim da relação.

“O sentimento de posse ainda que permeia esse tipo de comportamento. Havendo violência a mulher tem de denunciar”, disse o titular da Delegacia Especializada em Homicídio Contra a Mulher, delegado Janderson Lube.

A titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cachoeiro de Itapemirim, delegada Edilma de Oliveira recentemente conseguiu prender o ex-marido de Adriana Ornellas Carvalho, o acusado Átila Moraes Barbosa. Ela estava de moto, ele a seguiu de carro a atropelou e ainda rassou por cima do corpo dela. O crime foi em Monte Cristo.

“Os acusados nunca confessam que se trata de ciúmes. O caso deles ainda envolvia uma dívida que ela não devolveia o dinheiro a ele. Átila em passagens por tráfico, roubo, homicídios. Não demonstrou arrependimentos”, contou a delegada.

“O sentimento de posse permeia esse tipo de comportamento. Havendo violência a mulher tem de denunciar”

Janderson Lube, delegado

VÍTIMAS DA CRUELDADE



1 Milena Gottardi
A médica de 38 anos, morreu no dia seguinte após ser baleada na cabeça em setembro de 2017, ao sair do trabalho no Hospital das Clínicas, em Vitória. O ex-marido e o ex-sogro dela são acusados de planejar o assassinato.



2 Graciele Santos Vieira
O marido da vítima, 32, Silvio Fabiano Vieira, confessou que a matou, a jogou num buraco e lançou concreto. O caso foi em Fundão. Ele foi preso em dezembro de 2017.



3 Adriana Ornellas
Em 23 de outubro de 2017, em Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, Adriana, 35 anos, foi atropelada e morta pelo ex Átila Moraes Barbosa. Ele foi preso no último dia 16.



4 Gabriela Silva de Jesus
A advogada de 24 anos foi sequestrada, morta por asfixia e atropelada em agosto de 2017 pelo ex-noivo e um amigo dele, na Serra.



5 Ruthileia Poubel
A jovem de 22 anos foi esquarterada pelo ex-marido Anderson Cicero, da Silva, 28, que lançou as partes num rio e em um terreno em Viana. O caso foi em 17 de abril de 2017.



6 Fernanda Costa Beber
Em agosto de 2017, a universitária Fernanda Costa Beber, 30, foi morta a tiros, pelo comerciante Gireley Gomes de Araújo, na garagem de casa, em Cachoeiro de Itapemirim.



7 Sabrina de Oliveira Mendes
Em janeiro de 2017, Sabrina, 35 anos, foi morta pelo ex quando voltava do Distrito Policial de Atendimento à Mulher em Vila Velha.



8 Rayane Luiza Berger
A morte da ex-princesa pomerana (2015) passou de acidente de carro para homicídio em 2017. O ex-noivo, o médico Celso Sampaio, é acusado do crime, em Santa Maria de Jetibá.



9 Maynara Fernanda Teodoro Micaela
Grávida de 5 meses, a jovem, 21, foi morta a facadas pelo namorado na frente do filho, 3, em outubro de 2016, em Morada de Santa Fé, Cariacica.



10 Sonia Almeida
A vigilante, 52 anos, morreu após ter 90% do corpo queimado pela ex-companheira Maria Pereira dos Santos, 45, após briga em agosto de 2016 em São Torquato, Vila Velha.

ONDE DENUNCIAR

Plantão da Mulher

> PLANTÃO ESPECIALIZADO da Mulher (PEM): Rua Hermes Curry Carneiro, 350, Ilha de Santa Maria, Vitória (3323-4045). O plantão é 24 horas.

Distritos policiais e Delegacias Especializadas

- > OS PLANTÕES das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Distritais de Atendimento à Mulher são de segunda a sexta, das 8h às 18 horas.
- > VITÓRIA: Rua Portinari, s/n, Santa Luiza (3137-9115).
- > SERRA: Rua Sebastião Rodrigues Miranda, 49, Boa Vista II (3328-7217).
- > CARIACICA: BR-262, Km 3, bairro Vera Cruz (3136-3118).
- > VILA VELHA: Rua Luciano das Neves, 430, Prainha (3388-2481).
- > VIANA: Avenida Levino Chacon, 149, Centro (3255-3095).
- > GUARAPARI: Rua Santo Antônio, 313, Muquicaba (3262-7022).
- > ARACRUZ: Rua Padre Luiz PARENZE, 1333, Centro (3256-8186).
- > CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: (Delegacia Regional) - Rua 25 de Março, nº 126, Centro (28 3155-5084 ou 28 3522-9753)
- > COLATINA: Rua Benjamin Constant, 110, bairro Marista (3177-7121).
- > LINHARES: (Delegacia Regional) - Rua José Candido Durão, s/n, bairro 3 barras (3264-2537).
- > SÃO MATEUS: (Delegacia Regional) Rua Eurico Sales, nº 1221 - 1º andar - Bairro Boa Vista - São Mateus (3767 8135).

ANÁLISE

Rivelino Amaral, advogado criminalista e presidente da Comissão dos Criminalistas da OAB-ES



“A sociedade sempre foi machista”

“Vivemos numa sociedade que não consegue mais conviver com essa mácula, uma intolerância dos tempos contemporâneos que reflete na mudança de legislação: o feminicídio foi uma alteração trazida pela lei em 2015 com o objetivo de diminuir crimes cometidos em decorrências das relações afetivas das mulheres. Trata-se de um homicídio qualificado e com penas mais altas, por ter sido feito em decorrência do sexo.

A sociedade sempre foi machista, patriarcal, mas há saídas: a aplicação das penas contra esses agressores e homicidas de forma mais célere, e a denúncia dos crimes por parte das mulheres de forma mais imediata. Só assim o Estado poderá dar as respostas que precisamos.

Nesta seara criminal, observo ainda que as mulheres estão se sentindo mais seguras em falarem sobre esse tema.

Hoje, podendo requerer medidas protetivas e utilizar o botão do pânico, as demandas, até então suprimidas, vem à tona com mais vigor”.

PARTICIPARAM DESSA REPORTAGEM: Eliane Proscholdt, Leone Oliveira, Rafael Moura, Tais de Hollanda e Maryangela Souza

Reportagem Especial

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uma mulher assassinada a cada três dias no Estado

Motivos principais são tráfico de drogas e feminicídio. Criminosos que matam por razões passionais são os mais cruéis, afirma polícia

Um recorte feito nas estatísticas sobre morte de mulheres nos últimos seis meses mostra que a cada três dias uma mulher é assassinada. As principais motivações constatadas por policiais são tráfico de drogas e ciúmes — que configura o feminicídio.

De agosto do ano passado até o dia 31 de janeiro deste ano, 74 mulheres foram assassinadas, segundo dados do site da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Dessas, 38 perderam suas vidas na Grande Vitória.

O titular da Delegacia Especializada em Homicídio Contra a Mulher, delegado Janderson Lube, explicou que de 70% a 80% das mortes de mulheres na Grande Vitória são associadas ao tráfico, enquanto de 20% a 30% são feminicídios.

“As mulheres morrem mais por questões relacionadas às drogas na Grande Vitória. Elas começam a transitar entre uma boca e outra, os traficantes acham que elas são informantes e as matam. O envolvimento nesse mundo só traz dor, sofrimento e morte”, disse o delegado, destacando que os criminosos que mataram por razões passionais demonstram frieza.

“Na maioria dos casos (de feminicídios), a mulher já sofria agressões, mas não denunciava”.

Lube recordou que o índice de resolução dos casos tem sido alto. Neste ano, 16 inquéritos foram abertos e 15 foram concluídos.



DELEGADO JANDERSON LUBE afirma que de 70% a 80% das mortes de mulheres na Grande Vitória são associadas ao tráfico e de 20% a 30% ao feminicídio

Já a juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, disse que a ideia de posse está atrelada à maioria dos homicídios contra mulheres. “É impressionante! Eles não aceitam o fim do relacionamento ou até mesmo demonstram ciúmes durante o relacionamento. Isso ocorre porque a ideia de posse predomina entre as relações (homem/mulher)”.

A titular do Distrito Policial de Atendimento à Mulher (DPAM) de Cariacica, delegada Michelle Meira, disse que grande parte dos casos de agressão registrada na unidade é em decorrência do ho-

mem não aceitar que a mulher termine o relacionamento.

“São homens que tratam a mulher como se ela fosse um objeto sem vontade própria. Isso piora quando a mulher quer terminar. Ele não quer deixar, não deixa levar as coisas dela da casa. Vai ao trabalho atrás dela. Isso acaba em agressão e até em morte”.



DELEGADA MICHELLE MEIRA esclarece que ao fazer a denúncia contra o agressor, a vítima já tem direito a recursos para a sua proteção

Medidas protetivas para 4.280

No Estado, 4.280 medidas protetivas foram concedidas pela Justiça no primeiro semestre do ano passado. Os demais dados estão sendo coletados.

A juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, observou que o problema está presente em todas as classes sociais.

Já a titular da do Distrito Policial de Atendimento à Mulher (DPAM) de Cariacica, delegada Michelle Meira, destacou que é importante que a mulher quebre o silêncio e denuncie o agressor.

Segundo a delegada, ao fazer a denúncia, a vítima já tem direito a uma série de recursos, como a medida protetiva contra o agressor.

“Raramente, elas vão à delegacia denunciar a primeira violência que está sofrendo. Quando comparece à delegacia já tem um histórico”

“É importante comparecer a delegacia fazer a denúncia para que a gente possa colocar à disposição dela o aparato estatal que temos”, disse a titular da DPAM, que completou: “Quando ela faz a denúncia, ela pode pedir a medida protetiva e ter acessos a outros serviços da prefeitura. A denúncia também serve para ciência do que está acontecendo”, declarou a delegada.

SAIBA MAIS

Assassinatos

- > 74 MULHERES foram assassinadas no Estado de agosto de 2017 até o dia 31 de janeiro deste ano.
- > 38 MORTES foram na Grande Vitória
- > 13 MULHERES foram assassinadas em janeiro deste ano.
- > 568 HOMENS foram assassinados nos últimos seis meses no Estado

COMPARATIVO ANUAL

- > 132 MULHERES foram mortas durante todo o ano de 2017.
- > 97 MORRERAM em 2016.

PRINCIPAIS CAUSAS

- > TRÁFICO de drogas.
- > CIÚMES e motivos passionais.

MEDIDAS PROTETIVAS

- > 4.280 medidas protetivas foram concedidas pela Justiça no primeiro semestre do ano passado.

INQUÉRITOS

- > NESTE ANO, a Delegacia Especializada em Homicídio Contra a Mulher já instaurou 16 inquéritos e 15 deles concluídos. Dos finalizados, 11 foram de crimes tentados e quatro de consumados.
- > EM 2017, foram instaurados 75 inquéritos por homicídio consumado e 107 por homicídio tentado. Foram concluídos de 52 homicídios tentados e 46 de homicídios consumados.



“Eles não aceitam o fim do relacionamento ou até mesmo demonstram ciúmes durante o relacionamento”

Hermínia Azoury, juíza

Meira revelou que muitas vítimas têm dificuldade em perceber que estão sofrendo com o ciclo da violência por já estarem há muito tempo dentro de um relacionamento de violência.

“Raramente, elas vão à delegacia denunciar a primeira violência que estão sofrendo. Geralmente, quando elas comparecem, já tem um histórico de violência por trás”, frisou.

De acordo com ela, as agressões são por conta do comportamento machista do agressor.

“É uma série de comportamentos. Por exemplo, às vezes o homem briga com a mulher pois ela deixou de fazer determinada coisa que ele mandou fazer, como comida, ou foi na rua e conversou com uma amiga”, contou.

UM TEMA, DUAS VISÕES

Mandados coletivos são abusivos?

Medida para atuar durante a intervenção na área de segurança pública do Rio foi um pedido do Exército ao governo federal e é defendida para garantir a ordem, mas levanta questões sobre sua constitucionalidade

Necessidade de resguardar a ordem

Ricardo Matos de Souza
é advogado, professor universitário e doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais

A decisão do governo federal que possibilita a expedição de mandados de busca coletiva e de prisão, através do Exército brasileiro, no Estado do Rio de Janeiro neste período de intervenção federal, coloca em debate várias questões de ordem constitucional e sociopolítica do país, na medida que possibilita a esses agentes, representantes do poder público e da força estatal, uma atuação para apuração de práticas ilícitas, sob a justiça de "busca da ordem", principalmente quando se reconhece a necessidade de diminuir os índices de violência daquele Estado.

Dessa forma, a justificativa do governo corrobora a ideia delineada no decreto de intervenção, especialmente, serve para facilitar o trabalho desses agentes públicos e a localização das áreas de condutas ilícitas. Apesar da adoção dessas medidas extremas colocarem em xeque a construção ideológica e histórica de uma série de direitos que, a "duras penas", foram conquistados tendo como marco o período da redemocratização brasileira e como fruto desse período a Constituição Federal de 1988, a depender da interpretação que é empregada, não se vislumbra ilegalidade.

A medida adotada se revela polêmica, diante das inúmeras situações de anormalidade e arbitrariedade que podem ocorrer, ocasionando, inclusive, a responsabilidade do Estado por direitos dos cidadãos que, por acaso, tenham sido violados. É

—
"Justificativa do governo corrobora a ideia delineada no decreto e serve para facilitar o trabalho e a localização das áreas de condutas ilícitas"
—

fato que a adoção dessas medidas não surge sem uma análise prévia, em que certamente foram contrapostos os riscos e resultados, estabelecendo uma balança entre ambos. Acrescenta-se ainda que a liberdade permanece como a regra, sendo a prisão utilizada apenas para os casos extremos em que esteja caracterizada a prática de ilícitos.

Conquanto existam diversos críticos dessa medida adotada pelo governo, aqueles que reconhecem o Estado Democrático de Direito enquanto norteador da atuação estatal brasileira devem refletir a respeito da necessidade de resguardar a ordem, enquanto bem maior, razão pela qual impõe-se a medida extrema, ainda que em um curto período, até que a situação de normalidade seja retomada. E ao agente atribui-se a necessidade de afastar qualquer discricionariedade em sua atuação, sem que estejam caracterizados os mínimos indícios da sua conduta ilícita.

Em suma, se efetivamente existem entraves para que sejam localizadas as residências nas quais se desenvolvem as atividades ilícitas, argumento apresentado pelo governo, surge a evidente necessidade de que sejam utilizados outros mecanismos mais eficientes para que possam, sem minimizar direitos constitucionais, autorizar a persecução penal e punir os infratores. Desde que seja estabelecido o devido local e exista uma justificativa legal, tal como se idealiza na medida.

Clara criminalização da pobreza

Homero Mafra
é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Espírito Santo (OAB-ES)

A intervenção na segurança no Rio de Janeiro - por si só discutível - suscita outras importantes discussões. É que ao defender a necessidade da intervenção, o ministro Raul Jungmann - o mesmo que defende a gravação das conversas entre

advogados e clientes nos parlatórios - sustenta a necessidade da expedição de mandados de busca coletivos, o que dará poderes ao Exército e à polícia para devassarem e varejarem toda e qualquer casa, independentemente de fundada suspeita ou não. Em outras palavras: medida clara de criminalização da pobreza.

No campo jurídico, a proibição da expedição de mandados de busca e apreensão genéricos é matéria praticamente incontroversa, a ponto de o professor Guilherme de Souza Nucci, insuspeito de excessos liberais, ao comentar o art. 240 do Código de Processo Penal, afirmar: "Não é possível admitir-se ordem judicial genérica, conferindo ao agente da autoridade liberdade de escolhas e opções a respeito dos locais a serem invadidos e vasculhados. Trata-se de abuso de autoridade de quem assim concede a ordem e de quem a executa, indiscriminadamente".

Aliás, se o ministro Jungmann e os comandantes militares que falam em mandado de busca coletivo tivessem tido o cuidado de pesquisar a orientação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre o tema, teriam visto que aquele tribunal já disse que "a casa constitui a própria extensão da pessoa, o seu refúgio, onde exerce livremente o seu direito fundamental à intimidade e à vida privada, inseridos na própria concepção de dignidade humana, alicerces do Estado

Democrático de Direito e objeto de proteção de diversas normas internacionais de caráter suprallegal, a citar o artigo 11, 2, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Outrossim, a autorização judicial de busca domiciliar não deve ser proferida ao alvedrio do magistrado, mas encontra seus requisitos e parâmetros expressos, previamente definidos pelo legislador, exigindo-se a demonstração de fundadas razões para autorização da medida, de sua necessidade e adequação, bem como a indicação precisa da casa em que será realizada a diligência e o nome do proprietário ou morador."

A gravidade da situação não nos pode conduzir à adoção de soluções que afrontem os direitos fundamentais, como é o caso da adoção de mandados de busca coletiva. Porém, o mais grave é o ataque contra a Constituição e os direitos fundamentais. Nesse particular, dois fatos são expressivos: o pedido que os militares tenham tratamento especial, evitando "que casos envolvendo militares sejam levados à Justiça comum..." e o fato de que nas comunidades de Vila Kennedy, Coreia e Vila Aliança o "Exército fotografa moradores que saem de comunidades ocupadas no Rio" que "só podem deixar a região após passarem pelo cadastramento das Forças Armadas". O que se vê: a população como inimiga e a criminalização da pobreza.

Portanto, mais que nunca é preciso defender a Constituição, o Estado de Direito Democrático e os direitos fundamentais. Mais que nunca, tem a advocacia o dever de ser a voz contra-majoritária e de defender os direitos fundamentais, nesses tempos difíceis que estamos vivendo.

—
"A gravidade da situação não nos pode conduzir à adoção de soluções que afrontem direitos fundamentais, como mandados de busca coletiva"
—



APÓS FLAGRA

Churrasqueiro mata jovem que dormia com sua ex

Homem atacou os dois a facadas. Dona de casa foi atingida na costela

ELIS CARVALHO
elis.carvalho@redgazeta.com.br

Um jovem de 19 anos foi assassinado com 20 facadas no bairro Bela Vista, em Vitória, na madrugada de ontem. De acordo com testemunhas, o autor do crime é o ex-marido da mulher com quem a vítima estava dormindo no momento do assassinato.

O crime foi na Rua São Benedito, por volta de 1h30. Testemunhas contam que a dona da casa, de 30 anos, foi casada com um churrasqueiro. Porém, há alguns meses o casal estava separado. Mesmo assim, o suspeito tinha costume de ir à residência cerca de duas vezes na semana para visitar as três filhas. Além delas, a mulher possui mais dois filhos de outro relacionamento.

O crime aconteceu quando o churrasqueiro saiu do restaurante onde trabalha e foi para a casa da ex, onde arrombou a porta. Ele a flagrou na cama com Richard Alves de Souza Rocha, 19. O ex, que já estava com uma faca nas mãos, partiu para cima da mulher, que foi atingida na costela.

Desesperada, a vítima correu para a rua. Ela foi socorrida por um vizinho e le-



FACEBOOK RICHARD ALVES

Richard, 19, sonhava em estudar Educação Física

GOLPES

20

facadas

É o número de facadas que o churrasqueiro acertou no jovem.

vada para o Hospital São Lucas, em Vitória. Já Richard correu para os fundos da casa, mas foi encurralado

e esfaqueado 20 vezes.

O churrasqueiro foi visto saindo do local logo em seguida. Os vizinhos contam que não sabiam que Richard estava na casa. A informação só veio quando um dos filhos da mulher avisou que havia um homem morto nos fundos da residência. Ao entrarem no local, moradores perceberam que o jovem já estava morto.

A mãe de Richard, Simone Alves de Souza, de 39 anos, contou que o jo-

TRISTEZA

“Ele tirou meu filho. Um menino que era um filho maravilhoso. Ele tinha muitos planos”

SIMONE ALVES
MÃE DA VÍTIMA

vem era amigo da filha adolescente da dona de casa. Ela não sabia que o filho tinha qualquer relação com a mulher e contou que o menino tinha muitos planos para 2018.

“Ele tirou meu filho. Um menino que era um filho maravilhoso, me ajudava com as irmãs, queria se formar em Educação física... Ele tinha muitos planos”, contou.

A dona de casa continua internada e as crianças foram levadas pelo Conselho Tutelar. Já o suspeito, não foi localizado pela polícia.

Richard era querido na vizinhança, onde nasceu e cresceu. Vizinhos lamentaram a morte do jovem, que havia acabado de concluir o ensino médio e fazia curso preparatório para prestar vestibular.

O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Vitória.